



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES
CURSO DE PSICOLOGIA

PATRICIA FONTINELE FERREIRA

A FENOMENOLOGIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

BRASÍLIA - DF

2024

PATRICIA FONTINELE FERREIRA

A FENOMENOLOGIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Projeto de monografia para obtenção do título de Graduação em Psicologia apresentado ao Centro Universitário de Brasília - UNICEUB.

Orientadora: Prof. Dra. Flávia Timm

BRASÍLIA - DF

2024

A todas as mulheres que, ano após ano, enfrentam a dor e o sofrimento da violência. Que a força, a coragem e a luta por um futuro livre de abusos nunca se apaguem. Que sua voz seja ouvida e sua dignidade restaurada.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que contribuíram para a realização deste trabalho. Primeiramente, agradeço aos professores e orientadores que me guiaram com sabedoria e paciência, oferecendo apoio valioso em cada etapa da pesquisa.

Agradeço também às mulheres que compartilharam suas histórias e experiências, com coragem e generosidade, permitindo que suas vozes ecoassem neste estudo. Sem a contribuição delas, este trabalho não teria sido possível.

Aos meus familiares e amigos, que me apoiaram incansavelmente, fornecendo amor, compreensão e motivação, principalmente durante os momentos de maior desafio.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para o enriquecimento deste projeto, meu sincero agradecimento. Que este trabalho seja um pequeno passo na construção de um futuro mais justo e igualitário para todas as mulheres.

"A violência contra a mulher é uma das maiores expressões de desigualdade social e de violação dos direitos humanos."

(Segato, 2012)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a vivência das mulheres que sofrem violência doméstica, com ênfase na violência psicológica, a partir de uma perspectiva fenomenológica. A violência doméstica é uma forma de abuso silenciosa e muitas vezes invisível, que atinge a autoestima, a identidade e o bem-estar emocional das vítimas. Ao adotar a abordagem fenomenológica, a pesquisa buscou compreender a experiência subjetiva das mulheres vítimas de violência doméstica, explorando como elas percebem e atribuem significado a essa violência em suas vidas. Para tanto, o estudo foi estruturado a partir de um modelo qualitativo, com entrevistas semiestruturadas, possibilitando uma análise aprofundada das narrativas das participantes. A pesquisa identificou que as mulheres vítimas de violência psicológica frequentemente vivenciam uma dinâmica de controle e manipulação emocional que afeta profundamente sua percepção de si mesmas e do mundo ao seu redor. Além disso, muitas das participantes apresentaram dificuldades para reconhecer a violência psicológica como uma forma legítima de abuso, frequentemente minimizando ou racionalizando os comportamentos abusivos. A violência psicológica é frequentemente associada à sensação de impotência e à perda da autonomia, levando muitas mulheres a internalizar a ideia de que merecem ser tratadas dessa maneira. Outro ponto destacado foi a análise do mundo circundante das vítimas, no qual o isolamento social e a dependência emocional em relação ao agressor dificultam a busca por ajuda e a ruptura do ciclo de violência. Este estudo também revelou as dificuldades das mulheres em romper com a relação abusiva, mesmo após o reconhecimento da violência. O medo, a vergonha, o vínculo emocional com o agressor e a falta de apoio institucional e social são fatores que contribuem para a perpetuação da violência doméstica. Por fim, a pesquisa concluiu que, para que as vítimas possam se libertar do ciclo de abuso, é necessário um esforço coletivo que envolva políticas públicas eficazes, mudança cultural em relação ao papel da mulher na sociedade e a capacitação de profissionais para o atendimento a essas vítimas.

Palavras-chave: violência doméstica, violência psicológica, fenomenologia.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the experience of women who suffer from domestic violence, with a focus on psychological violence, from a phenomenological perspective. Psychological domestic violence is a form of abuse that is often silent and invisible, affecting the victims' self-esteem, identity, and emotional well-being. By adopting a phenomenological approach, the research sought to understand the subjective experience of women who have been victims of domestic violence, exploring how they perceive and attribute meaning to this violence in their lives. The study followed a qualitative design, using semi-structured interviews to enable an in-depth analysis of the participants' narratives. The research identified that women experiencing psychological violence often face a dynamic of emotional control and manipulation, which deeply impacts their sense of self and their perception of the world around them. Many participants had difficulty recognizing psychological violence as a legitimate form of abuse, often minimizing or rationalizing the abusive behaviors. Psychological violence was closely linked to feelings of powerlessness and a loss of autonomy, leading many women to internalize the belief that they deserved such treatment. Another significant finding was the analysis of the surrounding world of the victims, in which social isolation and emotional and financial dependence on the abuser hindered their ability to seek help and break the cycle of violence. The study also revealed the challenges women face in breaking free from abusive relationships, even after recognizing the violence. Fear, shame, emotional attachment to the abuser, and lack of institutional and social support are factors that contribute to the continuation of domestic violence. Finally, the research concluded that for victims to escape the cycle of abuse, a collective effort involving effective public policies, cultural change regarding women's roles in society, and professional training to assist these victims is necessary.

Keywords: domestic violence, psychological violence, phenomenology.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. OBJETIVOS	12
2.1. Objetivo Geral	12
2.2. Objetivo Específico	12
3. REVISÃO DE LITERATURA	13
3.1 Violência Doméstica	13
3.2.Gênero: Uma Análise à Luz do Modelo Analítico de Scott	16
3.3. Fenomenologia da Personalidade: Yolanda Forghieri	18
3.4. Aplicação da Fenomenologia na Pesquisa sobre Violência Doméstica	23
3.5.1 Método Fenomenológico na Investigação da Vivência	25
3.6 Interseccionalidade de Gênero na Experiência da Violência Doméstica	27
4. METODOLOGIA	28
4.1 Participantes	29
4.2 Local	30
4.3 Material e Instrumentos	30
4.4 Procedimentos	31
4.5 Procedimento de Análise de Dados	31
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO	32
6. CONCLUSÃO	46
7. REFERÊNCIAS	50
ANEXOS I - Formulário entrevista semiestruturada	53
ANEXOS II - Quadro fenomenológico	54
ANEXOS III- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	57

1. INTRODUÇÃO

“O corpo é nossa ancoragem no mundo, a partir do qual vivemos todas as nossas experiências.” — Maurice Merleau-Ponty.

Ao examinar a trajetória da humanidade, é possível observar diversos aspectos e condições que convergem para a questão da violência estrutural contra as mulheres. Esse problema é evidenciado desde a pré-história, frequentemente retratada de maneira satírica, como na imagem de um homem arrastando uma mulher pelos cabelos. Não é por acaso que existem vários marcos históricos que destacam as lutas pelo reconhecimento das mulheres como dignas e respeitáveis, assim como os homens, tanto em espaços públicos quanto privados, e nas relações grupais, interpessoais ou institucionais (Gurgel, 2010; Morera et al., 2014). Essas lutas mostram a persistente desigualdade de gênero, frequentemente disfarçada.

Dados divulgados pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 9 de março de 2021 revelam que uma em cada três mulheres no mundo enfrenta violência. Isso corresponde a aproximadamente 736 milhões de mulheres que já foram vítimas de violência física ou sexual por parte de um parceiro ou outra pessoa. Esses dados destacam a prevalência da violência na realidade feminina e reforçam a necessidade de refletir sobre uma realidade feminina que persiste em meio a estruturas de poder violentas que afetam todos os aspectos da vida (Morera et al., 2014).

O “Relatório Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil” (Fórum de Segurança Pública, 2023) apresentou um aumento na violência contra a mulher durante o ano de 2023, em que, 245.713 mulheres registraram boletim de ocorrência para crimes praticados em âmbito doméstico ou decorrente dele, apresentando uma taxa de crescimento de violência doméstica de 2,9%, e ameaças com crescimento de 7,2% em relação ao ano de 2022 (Anuário de segurança pública, 2023). De acordo com o documento existem alguns fatores que explicam esse aumento da violência praticada contra mulheres.

Durante os anos de 2019-2022, houve um desfinanciamento de políticas públicas à proteção da mulher, para além do impacto da pandemia do COVID-19 sobre os órgãos de acolhimento de mulheres vítimas de violência, que passou a funcionar com horários e equipes reduzidas. Além disso, com a ascensão de movimentos ultraconservadores, em que discurso é pautado na desqualificação dos discursos de igualdade de gênero, por consequência, o debate sobre igualdade de gênero foi tema combatido pelo governo durante os anos de 2019-2022. (Anuário de segurança pública, 2022).

Assim, segundo Gabriel Tarde(2023) traz a concepção de propagação de condutas sociais e opiniões a partir da ideia de prática social de massas. Que consiste na ideia de que práticas realizadas repetidas vezes gera uma espécie de “acúmulo de ações modeladas umas às outras”, ou seja, cópias específicas e sistematicamente repetidas por um grupo de pessoas (Tonkonoff,2023)

Existem alguns fatores que influenciam na violência doméstica, como é possível ver nos dados relatados são destacados o combate à discussão de igualdade de gênero e o desfinanciamento de políticas públicas para mulheres. Podemos destacar também uma teoria difundida em estudos feministas, a teoria do “backlash”. Ela destaca que, na medida em que avançam as ações e intenções que promovam a igualdade de gênero nos diversos espaços, as violências contra as mulheres aumentam. Isso porque é uma reação ao fato de ao tentar romper com os papéis sociais, historicamente e culturalmente atribuídos a mulheres, há uma pressão para voltar ao que é considerado correto e tradicional. A violência utilizada como forma de restabelecer a superioridade masculina. (Anuário de segurança pública, 2023),

É importante pontuar que mesmo o amor romântico esteja na esfera íntima dos afetos e emoções, socialização e a cultura influenciam na forma de manifestação, identificação e sentir das emoções. Isso significa que de acordo com as representações culturais ou posições sociais distintas reproduzem as emoções de forma desigual, criando assim diferentes caminhos de subjetivação do sentir (Magalhães et al, 2023)

Segundo Grossi (2000), o pensamento sobre relacionamento amoroso, dentro da cultura ocidental individualista, é contraditória. Apesar de se desenvolver com base em sentimentos como amor e paixão, esse mesmo vínculo em muitas situações são mesclados de agressividade e um sentimento de posse. Assim, ao observar uma dinâmica conjugal violenta, esta é pautada na concepção de subordinação de gênero, corpos femininos e feminilizados subordinados ao gênero masculino como uma reafirmação de poder desse gênero. Aos moldes sociais pessoas do gênero masculino possui necessidade constante e renovação da virilidade agressiva, por tanto é sobre esses discursos de reiteração de macho e na subordinação de corpos femininos que a violência de gênero encontra espaço para se manifestar (Zimmermann & Portela, 2023)

É possível associar essas questões de gênero e violência a outros fatores complicadores como dependência financeira e emocional, propiciando a permanência dessas mulheres no ambiente hostil. Dessa maneira, segundo Costa et al. (2018), a dependência financeira apresenta uma vulnerabilidade maior em relação a violência, uma vez que a dependência financeira do companheiro agressor reduz as chances de uma tomada de decisão para o

rompimento dessa relação (Rocha et al., 2020).

Não é coincidência que os dados indiquem que mulheres são as principais vítimas de violência doméstica. Por essa razão, em 2006 foi aprovada uma lei específica para esse tipo de violência doméstica e familiar, intitulada Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/06. Esse tipo de violência foi reconhecida como uma questão que precisaria de políticas públicas específicas, gerando uma mudança na abordagem jurídica na luta contra a violência baseada em gênero (Agostini et al., 2021).

Segundo Rocha et al (2020), a violência doméstica é problemática de grande relevância social, isso porque esse tipo de violência não faz distinção de idade, classe social, escolaridade, religião ou raça. Por se tratar de uma violência doméstica, geralmente os agressores são pessoas que mantêm algum vínculo afetivo, como por exemplo, maridos, namorados ou companheiros. Sendo assim, a cultura de relações de posse so sexo masculino sobre o feminino é visto como um motivo relevante para a prática dessas violências.

O relacionamento pode ser considerado abusivo quando o indivíduo perde a sua liberdade e espontaneidade por imposições e/ou intimidações do outro. Aliado a essa conduta, tem o ciúme, o sentimento de posse em relação ao outro, desconfianças infundadas, comportamentos extravagantes, explosões de raiva, impulsividade, crises de ansiedade, tristeza, necessidade compulsiva de checar a vida do parceiro, entre outros (Agostini et al., 2021).

Pode-se abordar vários pontos importantes ao considerar a saúde e o adoecimento existencial (Forghieri, 1996) no contexto da violência constante e naturalizada contra as mulheres. Quando o sofrimento é vivenciado de forma intensamente significativa, ele pode comprometer ou até mesmo impossibilitar um desenvolvimento saudável. Dentro dessa perspectiva existencial, é relevante discutir conceitos como bem-estar, tranquilidade, contrariedade e angústia. Esses termos ajudam a entender melhor o impacto da forma e intensidade com que se experimenta a violência e suas consequências na vida das mulheres. Nesse contexto, emerge o questionamento: como é a vivência das mulheres que sofrem violência doméstica?

A violência pode afetar a mulher em seu ser e estar no mundo, além da possibilidade de deixar marcas reais e sensíveis. Assim, para essa compreensão, a percepção do fenômeno será compreendida à luz da fenomenologia, fundamentada no referencial de Yolanda Forghieri. A fim de, analisar como as mulheres que passaram ou passam por violência doméstica trilham seu caminho subjetivo para lidar com essa violência.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Analisar a vivência de uma relação abusiva a partir da Fenomenologia.

2.2. Objetivo Específico

- Analisar o mundo circundante na experiência de violência doméstica na perspectiva da vítima;
- Compreender por meio do pensamento intuitivo a vivência da violência doméstica na perspectiva da vítima;
- Investigar formas de existir das vítimas após a violência doméstica;
- Analisar o sentido da violência doméstica para mulheres vítimas a partir do enfoque fenomenológico.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Violência Doméstica

Nas primeiras civilizações conhecidas da humanidade, datadas de 3 milhões de anos até cerca de 3.000 a.C., abrangendo os períodos Paleolítico, Mesolítico e Neolítico (Leakey & Tort, 1997), prevalecia um sistema de organização matrilinear, no qual a figura feminina era central, assumindo muitas das funções atribuídas aos pais. Devido ao estilo de vida nômade, os homens se dedicavam à caça, enquanto as mulheres permaneciam nos acampamentos com seus filhos, exercendo uma influência quase exclusivamente materna. O papel do homem na reprodução ainda era desconhecido, e a ideia de parentesco limitava-se à linhagem materna (Santiago & Coelho, 2007).

Nessas sociedades matrifocais, as mulheres possuíam direitos políticos e à propriedade, sendo fundamentais na economia, especialmente no suprimento de alimentos, pecuária e agricultura. A mulher não era vista como um mero objeto de beleza ou um acessório social, mas como um símbolo de fertilidade e produtividade, devido à sua associação com a reprodução e atividades como a agricultura. Além disso, era também vista como uma figura de força, capaz de trabalhar arduamente e lutar até a morte para proteger seus descendentes e sua tribo (Santiago & Coelho, 2007).

Esse protagonismo feminino perdurou até a invenção do arado, que trouxe ao homem uma posição de domínio sobre as atividades produtivas, impulsionando a noção de propriedade privada sobre terras e rebanhos. Com essa inovação, o homem tomou consciência de seu papel na reprodução humana, e as sociedades patriarcais começaram a se formar. O foco, que antes recaía sobre uma figura materna compartilhadora, passou a se concentrar na figura paterna, que detinha poder e bens (Santiago & Coelho, 2007).

Surgem, então, concepções como a fidelidade feminina, que antes eram irrelevantes, pois todos na tribo se relacionam livremente, incluindo membros da mesma linhagem consanguínea. A mulher passa a ser considerada um bem pertencente à figura masculina, que precisa garantir sua fidelidade para assegurar que a herança seja transmitida aos seus filhos. A partir desse ponto, a figura feminina começa a ser vista de forma secundária e, em muitos casos, descartável, sendo exibida socialmente como um troféu (Santiago & Coelho, 2007).

O sedentarismo proporcionado pela agricultura, com a divisão de tarefas, reforçou o patriarcalismo e consolidou a criação da família patriarcal, onde o patriarca exercia a autoridade máxima. Os homens gozavam de vida sexual poligâmica, enquanto impunham um

controle rígido sobre suas esposas para garantir a legitimidade dos herdeiros, chegando ao ponto de obrigá-las a usar cintos de castidade. Esses aspectos evidenciam o início de um longo processo de desvalorização, objetificação e violação da dignidade feminina (Santiago & Coelho, 2007).

Neste contexto, a Violência Doméstica (VD) é caracterizada como aquela que é infligida contra as mulheres. Assim, temos na Lei 11.340/2006, que trata sobre a violência contra a mulher, em seu artigo 5º que:

[...] configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial [...] (Brasil, 2006).

A violência doméstica é um fenômeno complexo que transcende as fronteiras de gênero, idade, classe social e orientação sexual. É um problema global que deixa cicatrizes físicas, psicológicas e emocionais que podem perdurar por toda a vida. Neste contexto, é fundamental explorar os diversos aspectos dessa forma de violência e compreender seu impacto (Machinesk,2023).

Assim, ao mencionar uma definição de violência doméstica é essencial compreender que ela vai além de atos físicos de agressão. A violência pode se manifestar de diversas formas, incluindo agressão física, psicológica, sexual, econômica e até mesmo negligência. Essa amplitude de manifestações torna a violência doméstica um fenômeno multifacetado e complexo, exigindo abordagens igualmente complexas em sua análise e enfrentamento (Machinesk,2023)

No cerne dessa complexidade encontra-se a questão de gênero. Joan Wallach Scott (2021) questiona se o gênero ainda é uma categoria de análise relevante nos estudos contemporâneos, chamando a atenção para a necessidade de uma abordagem crítica e sensível à questão. A compreensão das experiências vividas por homens e mulheres dentro do contexto da violência doméstica é crucial para uma análise completa desse fenômeno. A pesquisa de Claudete Ferreira de Souza Monteiro e Ivis Emilia de Oliveira Souza (2007) sobre a vivência da violência conjugal no cotidiano destaca como as normas de gênero e as expectativas sociais influenciam diretamente as dinâmicas de poder dentro das relações familiares, contribuindo para a perpetuação da violência.

Ao explorar o impacto da violência doméstica nas relações familiares, é importante considerar não apenas suas consequências imediatas, mas também suas ramificações a longo prazo. Joan W. Scott (2005, 1995) destaca o papel do gênero como uma categoria útil de análise histórica, revelando as relações de poder e hierarquias presentes nas estruturas sociais

ao longo do tempo. No entanto, é fundamental reconhecer que essas relações não são fixas nem determinísticas, mas sim construídas e contestadas por meio de práticas cotidianas e discursos sociais.

Faz-se ainda salientar que a violência contra a mulher não se restringe ao espaço privado, mas está presente nas relações historicamente construídas e fundamentadas em hierarquias desiguais de poder. Nessa estrutura, o homem ocupa o topo, controlando e desqualificando aqueles que estão sob sua subordinação, como mulheres e filhos (Morera et al., 2014). Isso gera uma série de consequências que reverberam no âmbito público, como se vê em comportamentos cotidianos de homens contra mulheres em espaços públicos, como transportes urbanos. Nesses locais, mulheres frequentemente são vítimas de assédios físicos e verbais, além de intimidações, especialmente ao passarem por grupos de homens nas ruas. Essas atitudes refletem uma cultura patriarcal que perpetua o machismo (Morera et al., 2014).

A violência contra as mulheres é uma realidade crescente e preocupante, com um impacto global cada vez mais reconhecido. Organizações como a OMS e a OPAS (2021) revelam que uma em cada três mulheres no mundo é vítima de violência, o que evidencia a urgência de se discutir esse problema, presente no cotidiano de muitas pessoas. No Brasil, Engel (2020), em um estudo realizado pelo Ipea, analisou dados de violência contra mulheres entre 1995 e 2015, concluindo que a violência contra as mulheres brasileiras aumentou nesse período. O estudo abrangeu diferentes tipos de violência, como não letal, sexual, discriminação, homicídios e suicídios (Engel, 2020).

Embora Engel reconheça as limitações de uma análise quantitativa, destacando que os dados estatísticos não capturam os danos simbólicos sofridos pelas mulheres, o estudo ressalta a reprodução contínua de padrões patriarcais e machistas. Esses padrões impedem a concretização da igualdade de gênero, conforme proposto pela Plataforma de Beijing (Engel, 2020). No Distrito Federal, entre 2009 e 2012, registraram-se 1.924 casos suspeitos ou confirmados de violência contra mulheres entre 18 e 59 anos, com um aumento de 113% nos casos identificados no período. A maioria das ocorrências aconteceu dentro das residências (38,5%), com a violência física (46,8%) e sexual (22,5%) sendo as mais comuns (Silva & Oliveira, 2016).

Mesmo que a violência contra a mulher seja predominantemente privada, ela constitui um problema de saúde pública, com impactos em toda a sociedade. Muitas mulheres ainda não denunciam as agressões que sofrem, dificultando uma resposta estatal eficaz devido à falta de dados. Apesar de sua prevalência, a violência contra as mulheres é frequentemente negada. Em 2022, uma pesquisa do Ipec, em parceria com o Instituto Patrícia Galvão e o

Instituto Beja, mostrou que 50% da população brasileira conhece uma mulher em seu círculo social que sofreu violência conjugal, enquanto 94% dos homens afirmam nunca ter cometido qualquer ato de agressão (Ipec, 2022). Essa discrepância ilustra como a violência contra as mulheres permanece oculta e silenciada.

Hannah Arendt (1963) discute a "banalidade do mal", referindo-se à naturalização da violência, onde a falta de reflexão sobre os próprios atos faz com que tanto o agressor quanto a vítima deixem de perceber a gravidade da situação. Essa banalização se reflete na crença de que o feminino é inferior ao masculino, justificando atitudes de subjugação e violência. A repetição dessas agressões, aliada ao silêncio das vítimas, contribui para a normalização do mal. Entretanto, por mais que esses atos se repitam, o erro nunca se torna correto (Arendt, 1963).

3.2. Gênero: Uma Análise à Luz do Modelo Analítico de Scott

A questão da violência pode ser abordada de diversas maneiras, e uma delas é através de uma perspectiva que considera a vida em sua totalidade, ou seja, a realidade concreta das pessoas, com seus méritos e deméritos, vitórias e fracassos, e todas as circunstâncias que as rodeiam. Esse enfoque parte da experiência humana em sua essência, o que o caracteriza como uma abordagem existencial ou existencialista. Nesse contexto, a violência é compreendida não apenas como um fenômeno social ou político, mas também como algo que afeta profundamente a existência individual, tocando aspectos íntimos e subjetivos da vida de quem é por ela atingido.

Outrossim, a abordagem do gênero, conforme proposto por Joan Wallach Scott, proporciona uma compreensão profunda das relações de poder e das estruturas sociais que moldam as experiências humanas. Scott nega a visão tradicional do gênero como uma característica estática e inerente, enfatizando sua natureza socialmente construída. Ao invés de considerar o gênero como uma característica individual, Scott argumenta que é um sistema de relações sociais que permeia todas as esferas da vida, desde as interações cotidianas até as instituições mais amplas da sociedade. Essa perspectiva dinâmica permite analisar não apenas as diferenças entre homens e mulheres, mas também as formas como essas diferenças são construídas, mantidas e contestadas em contextos específicos (Scott, 2021).

Nesse sentido, uma das contribuições mais significativas do modelo de Scott é sua ênfase na importância de analisar as relações de poder subjacentes às normas de gênero. Ela

demonstra como essas normas não apenas moldam as expectativas e comportamentos individuais, mas também sustentam estruturas de poder desiguais. No contexto da violência doméstica, a análise do gênero como categoria analítica revela as profundas desigualdades e injustiças que permeiam essas relações. Por exemplo, as expectativas de gênero que atribuem aos homens o papel de provedores e às mulheres o papel de cuidadoras podem contribuir para a perpetuação da violência como uma forma de exercício de poder e controle (Scott, 2005).

Além disso, a abordagem do gênero como categoria analítica nos permite entender como as normas de gênero podem influenciar a percepção e o tratamento da violência doméstica pela sociedade e pelas instituições. Exemplificando, as vítimas muitas vezes enfrentam estigma e culpa, enquanto os agressores são culpabilizados ou até mesmo romantizados. A pesquisa de Scott (2005, 1995) destaca como o gênero é uma lente valiosa para compreender não apenas as formas de opressão, mas também as estratégias de resistência e transformação adotadas pelas comunidades afetadas pela violência doméstica.

A construção social do gênero desempenha um papel fundamental na dinâmica da violência doméstica, influenciando tanto a sua ocorrência quanto a sua percepção e resposta pela sociedade. As normas e expectativas de gênero estabelecem padrões de comportamento e relações dentro da família e da comunidade, criando uma estrutura que pode facilitar ou perpetuar a violência (Scott, 2021).

Assim, a partir do momento em que nascemos, somos inseridos em um sistema de gênero que nos atribui papéis comportamentais e expectativas baseadas em nossa identidade de gênero percebida. Essas normas sociais frequentemente colocam os homens em posições de poder e autoridade, enquanto as mulheres são esperadas a serem submissas e passivas. Essa hierarquia de gênero pode criar um ambiente propício para a violência, onde o controle e a dominação são vistos como aceitáveis em certas circunstâncias (Scott, 2021).

Nesse sentido, dentro do contexto da violência doméstica, as normas de gênero podem influenciar tanto os agressores quanto às vítimas. Os agressores podem sentir-se justificados em seus comportamentos violentos como uma forma de reafirmar sua autoridade e controle sobre o parceiro ou a parceira. Por outro lado, as vítimas podem sentir-se compelidas a permanecer em situações de abuso devido à pressão social para manter a família unida ou ao medo de serem estigmatizadas por buscar ajuda (Machinesk, 2023).

Além disso, as expectativas de gênero também moldam a percepção pública da violência doméstica e influenciam as respostas das instituições e da sociedade em geral. As vítimas podem enfrentar descrédito ou serem culpabilizadas por sua própria situação, especialmente se não se encaixam nos estereótipos de gênero associados à fragilidade

feminina. Por outro lado, os agressores podem ser culpabilizados ou minimizados, com a violência sendo normalizada ou justificada como resultado de pressões externas (Scott, 2021).

Sendo assim, a compreensão da construção social do gênero é essencial para abordar eficazmente a violência doméstica. É necessário desafiar e dismantelar as normas e expectativas de gênero que perpetuam a desigualdade e a violência dentro das relações familiares. Isso requer uma abordagem multifacetada que envolva educação, conscientização e mudança cultural, a fim de promover relações baseadas no respeito mútuo, na igualdade de gênero e na não violência (Scott, 2021).

3.3. Fenomenologia da Personalidade: Yolanda Forghieri

O enfoque fenomenológico tem como objetivo abarcar o existir humano na sua totalidade, abrangendo desde tristeza e a alegria, a angústia e a tranquilidade, a raiva e o amor, a vida e a morte. De forma que esses pólos, aparentemente opostos, se articulem para obter seu real significado. O princípio básico do método fenomenológico, introduzido por Husserl(2000), é o de "ir às próprias coisas", observar o próprio fenômeno para esclarecê-lo (Forghieri, 1993).

Nesse sentido, a fenomenologia inicialmente com Husserl, cresce com a queda dos grandes sistemas filosóficos tradicionais, ela preenche um vazio deixado pela filosofia especulativa. Assim, Husserl contribui com alguns fundamentos como o retorno às “coisas mesmas”, ou seja, retornar ao ponto de partida. Trazendo isso para a psicologia, implica no conhecimento, com uma “visão da essência”, devendo a psicologia fenomenológica ser uma ciência basicamente descritiva (Forghieri, 1993).

Não diferente, a fenomenologia vai de encontro ao “mundo da vida”, ou seja, o mundo da vivência cotidiana imediata, com todas as suas dualidades e contraditoriedades. Lugar onde os pensamentos e as representações têm origem, conhecida como vivência pré-reflexiva ou “antepredicativa”, momento anterior a toda a produção de conceitos e juízos. Logo, a ciência não se inicia quando uma teoria é articulada, ela tem início com a intenção do pesquisador de esclarecer um problema que teve início em sua vivência cotidiana. Contudo, apesar da subjetividade de cada ser humano, é importante ressaltar que o mundo recebe o seu sentido a partir da pluralidade de vários sujeitos através do encontro que se estabelece entre eles (Forghieri, 1993).

Sendo assim, com base nessas premissas filosóficas da fenomenologia, Forghieri traz um enfoque fenomenológico da personalidade. O termo personalidade é representado por um

compilado de características do existir humano, analisadas e expostas conforme são percebidas e compreendidas pela pessoa no decorrer da vivência cotidiana e pré-reflexiva que se desenvolve todas as atividades, inclusive as científicas, momento também que define objetivos e ideais (Forghieri, 1993).

Neste contexto, o fenômeno nem sempre se revela de forma completamente transparente. Muitas vezes, ele se apresenta envolto em um jogo de revelação e ocultação, dificultando o acesso direto e imediato à sua compreensão. A fenomenologia, de maneira geral, busca justamente desvelar aquilo que se esconde ao se mostrar. Em cada manifestação, há simultaneamente algo que se oculta, e essa dualidade é recíproca. O fenômeno sempre tem algo a expressar, a revelar sobre si, e é preciso permitir que ele se manifeste, mesmo quando se oculta, pois esse ocultamento pode fornecer pistas importantes para sua compreensão.

A contribuição de Forghieri (1996) é fundamental para abordar o fenômeno da violência conjugal contra a mulher. Nesse contexto, a autora destaca três aspectos do mundo: i) circundante; ii) humano; e iii) próprio. A partir dessas dimensões, é possível facilitar a compreensão da violência como um fenômeno existencial, que emerge através de seu desvelamento. Forghieri se apoia na ontologia fundamental heideggeriana, que, por sua vez, parte da análise existencial do ser humano.

O "mundo circundante" refere-se ao ambiente em que o ser humano se encontra, onde a adaptação é o modo mais apropriado de relação. Esse mundo impõe certos limites, mas não se trata de um determinismo absoluto, já que o indivíduo pode escolher entre diversas possibilidades, transcendendo as limitações (Forghieri, 1996). No "mundo humano", a convivência com o outro é essencial, destacando a condição do ser humano como "ser-no-mundo" e "ser-com-os-outros". Mesmo quando está sozinho, o indivíduo mantém essa relação com o outro, embora de maneira deficiente, o que pode impactar suas possibilidades de desenvolvimento (Heidegger, 1927).

O "mundo próprio" é o espaço da reflexão, da vivência íntima que o ser humano tem de si mesmo. Isso não implica em um isolamento, já que o ser humano, originariamente, é um ser que está sempre em relação com o mundo e com os outros (Forghieri, 1996). Esse mundo próprio é onde o indivíduo atribui significado às suas experiências e vivências, a partir de seu conhecimento de si mesmo, do mundo e dos outros.

Forghieri (1996) afirma que esses três aspectos precisam ser considerados simultaneamente para compreender a existência humana, ressaltando adaptação e ajustamento no mundo circundante, influências recíprocas no mundo humano e pensamento e transcendência no mundo próprio. Além disso, a autora aborda questões existenciais como as

formas de existir – preocupação, sintonia, racionalidade –, bem como conceitos de temporalização, espacialização, escolha e a relação entre ser-doente e ser-saudável.

A preocupação, como forma de existir, surge do fato de sermos seres-no-mundo. Estamos constantemente preocupados com as coisas do cotidiano, com os outros e conosco mesmos, sendo essa preocupação uma parte inerente da estrutura humana. A angústia, segundo Forghieri (1996), é a disposição emocional mais emblemática desse estado de preocupação. Estar sintonizado é outra maneira de existir, destacando a intersubjetividade e a contemplação, seja de uma música ou da natureza. A forma racional de existir complementa essa tríade comportamental, sendo o espaço da razão, da ciência e das explicações (Forghieri, 1996).

A noção de tempo, enquanto temporalização, é essencial para Forghieri (1996), pois o tempo é vivido como uma experiência existencial. Temporalizar significa transcender a situação imediata, e a vivência de sintonia ou contentamento pode expandir essa experiência, enquanto a preocupação a restringe.

No estudo da violência conjugal, a noção de "espacializar" também é relevante, indo além do simples "estar aqui", englobando o "ter estado lá" e o "poder estar acolá", em uma compreensão expandida que transcende o corpo e o ambiente imediato (Forghieri, 1996). Escolher é igualmente importante, pois envolve a compreensão da liberdade e das possibilidades futuras. A verdade, nesse contexto, é vista como uma construção intersubjetiva e não um absoluto, sendo moldada pelas circunstâncias do ser-no-mundo e ser-com-outros (Forghieri, 1996).

Quanto ao ser-doente e ser-saudável, a saúde existencial é avaliada pela capacidade de superar limitações e conflitos, com a consciência de que a vida é feita de possibilidades e que a única certeza é a morte. Muitas vezes, as pessoas confundem suas vivências com fatalismo, esquecendo que tudo é uma possibilidade entre muitas outras (Forghieri, 1996).

A experiência cotidiana é o lugar onde ocorre a nossa vida, ou seja, *ser-no-mundo*. É pelos acontecimentos do cotidiano que pode-se evidenciar o quanto o sujeito está envolvido no mundo, e também é através do mundo que se sabe onde está ou quem se é. Explicando, ao observar uma situação de aflição, um sujeito respira fundo a fim de aliviar a tensão e intuitivamente ao procurar o ar para inspirar encontra um alento para reanimar-se e esclarecer. Uma forma simples e espontânea de recuperar *ser-no-mundo*, a essência do sujeito em se ser relativamente a algo ou alguém (Forghieri, 1993).

Esclarecendo que, *ser-no-mundo* compreende a maneira única e exclusiva do homem existir, comportar e relacionar com as coisas e/ou as pessoas que encontra. Logo, o sujeito só

é sujeito na medida em que está dentro da evidência do ser, ser no mundo. Isso porque o sujeito e objeto não são absolutos e independentes. Ser e mundo, sujeito e objeto, não são dois absolutos essencialmente independentes, estão ligados em uma relação recíproca. Sendo assim, é com base nesse *ser-no-mundo* que se considera os vários aspectos do mundo e as diversas formas do homem existir nele (Forghieri, 1993).

Nesse sentido, a concepção de mundo apesar de ser vivenciado de forma total, apresenta-se em três aspectos simultâneos e diferentes: o circundante, o humano e o próprio. O mundo circundante consiste no relacionamento da pessoa com o ambiente, ou seja, tudo que concretamente está presente nas situações vividas pela pessoa. Sendo assim, abrange coisas, plantas, animais, leis da natureza, noções de tempo como o dia e a noite. Também faz parte o corpo humano e todas as necessidades inerentes a ele. Esse mundo circundante é caracterizado pelo determinismo e por isso a adaptação é o meio mais adequado do homem relacionar-se a ele (Forghieri, 1993).

Entretanto, embora possam existir semelhanças entre o corpo do sujeito e os objetos naturais inanimados, há também, diferenças essenciais como, por exemplo, os limites. Os limites do objeto estão bem delineados e delimitados, enquanto que, no corpo do sujeito não se restringe aos da matéria, ou seja, a própria pele, ele se expande muito além desta. Isso ocorre devido às relações que o sujeito estabelece com o ambiente e pelas relações que se recorda ou imagina que possa vir a estabelecer (Forghieri, 1993).

Entendendo que o corpo não é uma estrutura que existe em si mesmo, ele compreende a **sensação do** momento vivido, formado de sensações e significações. Logo, pensar em limite significa pensar em abertura para o mundo, isso porque o limite da capacidade coincide com o da abertura para o mundo. Eles coexistem na mesma proporção em cada momento, contudo, muda a cada nova experiência, as quais podem ser vivências que restringem ou ampliam o limite (Forghieri, 1993).

Assim, o sujeito habita no mundo e este mundo abre-se com muitas possibilidades, portanto, há um movimento dialético entre o ser humano e o mundo circundante. O sujeito precisa adaptar-se ao mundo, mas também exercer alguma ação sobre a natureza e o seu próprio corpo, isso com o intuito de viver melhor (Forghieri, 1993).

O mundo humano é caracterizado pelo encontro e convivência do ser humano com os seus semelhantes. Então a relação do homem com outros seres humanos é fundamental para sua existência, uma vez que, desde o nascimento encontra-se em situações que incluem a presença de outra pessoa, assim, o existir é ser com o outro. Nesse contato com o semelhante ocorre uma relação de reciprocidade, em que influenciam-se mutuamente (Forghieri, 1993).

Acrescentado que, os seres humanos possuem potencialidades próprias que os distinguem das coisas ou animais, isso em virtude de entender as situações que vivenciam e com consciência de si e do mundo. A partir da existência consiste em ser no mundo, experiência que atualiza e desenvolve as potencialidades humanas (Forghieri, 1993).

O mundo próprio consiste na relação que o indivíduo tem consigo, *ser-si-mesmo*. Contudo, o si mesmo não corresponde a ensinamentos, isso porque o ser humano é um *ser-no-mundo* o que significa uma pessoa com características e experiências singulares (Forghieri, 1993).

Logo, são as situações vividas no mundo circundante e as relações com outras pessoas que vão possibilitar atualizar as suas potencialidades, oferecendo condições necessárias para descobrir e conhecer quem se é. E na mesma medida que as pessoas têm autoconhecimento ou consciência de mim, também propicia uma perspectiva ou um modo singular de enxergar as situações que vivencia no mundo (Forghieri, 1993).

Sendo assim, pensamento discursivo significa poder emitir opiniões, direcionar o raciocínio de forma metódica e emitir em forma de diálogo. Contudo o ser humano também possui o pensamento intuitivo, que consiste em transformar o raciocínio em sentimentos e vivências, que em conjunto com o pensamento discursivo formam uma totalidade. Nesse processo a pessoa inicialmente, intui a vivência, para num segundo momento refletir sobre ela, por isso para compreender uma pessoa é necessário captar intuitivamente a sua vida e a forma que ela é vivida, ou seja, é preciso entrar no existir da pessoa para descobrir o sentido de sua comunicação (Forghieri, 1993).

Nesse viés, a existência humana deve ser compreendida considerando os três aspectos do mundo de forma simultânea. Resumindo, circundante requer adaptação e ajustamento, o humano concretiza-se na relação recíproca entre as pessoas e o próprio que caracteriza-se pelo pensamento. Dentro de seu contexto, as formas de existir compreende os sentimentos que estão inseridos na vivência cotidiana imediata. Ao analisar esses sentimentos, verifica-se que eles se apresentam sob alguma forma de agrado ou desagrado, assim compreendo o existir com um sentimento pré-reflexivo. Essas maneiras de existir podem ser preocupantes, sintonizada e racional (Forghieri, 1993).

A maneira preocupada de existir consiste num sentimento global de preocupação, pode variar desde uma pequena inquietude até uma grande sensação de angústia. Ela pode ocorrer em situações concretas, em situações que se tenha receio que aconteça ou pode surgir sem que a pessoa perceba as razões do seu aparecimento. Essa maneira de existir encontra-se presente na vida cotidiana com mais frequentemente na forma branda e imprecisa,

intensificando-se em algumas ocasiões específicas (Forghieri, 1993).

Acrescentando que a angústia é o modo mais originário e profundo do existir preocupado, esse sentimento é tido como a negação de todo objeto, ou seja, é a própria ameaça do “nada”. E é por esse motivo que procura-se transformar a angústia em medo, uma vez que esses sentimentos têm um objeto identificado. Na maneira sintonizada de existir, embora a preocupação e a angústia sejam básicas na existência humana, ainda sim consegue-se vivenciar momentos de sintonia e tranquilidade. Esses momentos ocorrem em encontros agradáveis envolvendo algo ou alguém. A manifestação mais profunda dessa maneira de existir consiste em uma vivência harmônica do existir no mundo (Forghieri, 1993).

Essa vivência de completa sintonia, apesar de não ter uma duração objetiva, dura apenas alguns instantes, isso porque esse momento de funde, de forma paradoxal, com espaço e o tempo, finito e o infinito, momento concreto e a eternidade além de todas as particularidades do ser humano. A preocupação e a sintonia são maneiras básicas de existir no mundo que se alternam continuamente, no decorrer da existência humana (Forghieri, 1993).

Por fim, a maneira racional de existir relaciona-se com a necessidade de analisar a vivência cotidiana imediata a fim de conceituá-la e estabelecer relação com outras experiências, assim elaborando um conjunto de conceitos e princípios. Desse modo, essa maneira de existir fornece elementos para conhecer o existir no mundo da pessoa e elaborar uma teorias para explicar situações vivenciadas e planejar ações futuras, gerando uma sensação de segurança (Forghieri, 1993).

Dessa maneira, a pessoa age de acordo com o modo que ela compreende as situações, no entanto, essas ações só serão eficientes se adequadas à realidade do acontecimento, por isso a necessidade de averiguar se a pessoa está compreendendo a situação de forma adequada. Assim concluindo, que as três maneiras de existir descritas ocorrem de forma contínua, articulada e alternada (Forghieri, 1993).

3.4. Aplicação da Fenomenologia na Pesquisa sobre Violência Doméstica

A mulher em situação de violência conjugal passa por um processo gradual de dominação que culmina na violência, especialmente a física. Inicialmente, micro agressões são introduzidas, como insultos, pequenos ataques verbais e não-verbais, que, aos poucos, minam a resistência da mulher e a colocam em uma posição de completa passividade. Com o tempo, o senso crítico em relação às situações violentas se deteriora, e a mulher começa a se

acostumar com essa realidade. À medida que a gravidade e a frequência das agressões aumentam, ela perde gradualmente a confiança em si mesma (Hirigoyen, 2006).

Essa falta de autoconfiança e o processo de habituação à violência dificultam o reconhecimento da situação como violenta. Enquanto isso não ocorre, a violência permanece invisível e neutralizada. Paralelamente, surge uma confusão emocional, onde o amor é erroneamente associado a atitudes ciumentas e agressivas, o que complica ainda mais a identificação da violência. Nessas circunstâncias, muitas mulheres acabam culpando a si mesmas pelos atos de violência que sofrem, isentando seus parceiros de qualquer responsabilidade (Hirigoyen, 2006).

Antes das agressões físicas, há um processo de submissão. Inicialmente, o homem recorre à sedução, criando a ilusão de uma troca afetiva e de um amor idealizado, com o objetivo de aprisionar a mulher. Ele frequentemente desperta os instintos protetores dela, apresentando-se como vítima de alguma situação, o que provoca uma resposta de cuidado. No entanto, essa sedução não é mútua; é marcada por egoísmo e narcisismo, com a intenção de paralisar a parceira. Essa fase funciona como uma espécie de "lavagem cerebral", uma "persuasão coercitiva", que visa anular a individualidade da mulher, transformando-a em um objeto moldável de acordo com os desejos do homem (Hirigoyen, 2006).

Outrossim, a aplicação da fenomenologia na pesquisa sobre violência doméstica oferece uma abordagem única e valiosa, centrada nas experiências subjetivas das pessoas envolvidas. Ao invés de focar apenas nos aspectos externos e observáveis da violência, a fenomenologia busca compreender profundamente as percepções, significados e emoções dos indivíduos que vivenciam ou perpetuam a violência (Machinesk, 2023).

Logo, essa abordagem permite que os pesquisadores mergulhem nas experiências subjetivas vividas pelas pessoas envolvidas, buscando compreender como elas interpretam e dão sentido aos eventos que ocorrem no contexto da violência doméstica. Ao analisar essas experiências subjetivas, os pesquisadores podem identificar padrões, motivações e consequências que podem não ser evidentes em uma análise puramente objetiva (Monteiro & Souza, 2007).

Nesse sentido, as situações que uma pessoa vivencia não possui um significado em si mesmas, elas adquirem um sentido para quem as experiência e esses sentidos se relacionam com a maneira de existir da própria pessoa. Logo, o sentido de situação é uma experiência íntima que geralmente escapa à observação do psicólogo, uma vez que a pessoa não é transparente. Sendo assim, para desvendar a experiência, o pesquisador precisa de

informações fornecidas pela própria pessoa e o método fenomenológico é um recurso adequado para pesquisar a vivência (Forghieri, 1993).

Ao adotar uma perspectiva fenomenológica, os pesquisadores podem capturar nuances e complexidades que escapam a uma análise superficial da violência doméstica. Eles podem explorar questões como o significado do lar e da família, a dinâmica dos relacionamentos afetivos, os processos de tomada de decisão e os mecanismos de enfrentamento adotados pelos envolvidos (Scott, 2005).

Dessa forma, no âmbito da violência de gênero no contexto doméstico, a perspectiva fenomenológica se torna ainda mais relevante. Isso porque as normas de gênero e as expectativas sociais desempenham um papel significativo na formação das experiências individuais de homens e mulheres em situações de violência (Scott, 2021).

3.5.1 Método Fenomenológico na Investigação da Vivência

A autora Hirigoyen (2006) descreve três fases necessárias para modificar a consciência de uma mulher em situação de violência conjugal. A primeira é a etapa de arrombamento, onde o agressor invade o território psíquico da vítima e coloniza sua mente. Em seguida, ocorre a fase de lavagem cerebral, que consiste em ganhar a confiança da vítima para privá-la de seu livre-arbítrio, sem que ela perceba. Por fim, há a etapa de programação, que permite ao agressor manter sua influência sobre a vítima, reprogramando sua consciência, isolando-a e submetendo-a à solidão, despertando medos profundos.

A submissão é implementada através de uma comunicação perversa, que simula um diálogo, mas na verdade impede o contato verdadeiro. Esse tipo de comunicação recusa a troca direta, de forma a linguagem com mentiras, sarcasmo, ironia e desprezo. O objetivo é confundir a vítima com mensagens contraditórias e, posteriormente, desqualificá-la, retirando suas qualidades e desestabilizando sua autoconfiança (Hirigoyen, 2006).

Esses processos ensinam a mulher a se sentir impotente, aumentando sua tolerância ao sofrimento. Em muitos casos, a submissão é tão profunda que apenas a morte parece ser a única saída. A mulher acaba sendo condicionada a obedecer às regras impostas pelo agressor. De certa forma, a violência cria uma realidade distorcida, semelhante ao mito da caverna de Platão, onde a vítima vive em um mundo de sombras (Hirigoyen, 2006).

A falta de controle sobre a situação torna a mulher passiva, impedindo-a de escapar do ciclo de violência. A imprevisibilidade das agressões gera sentimentos de desmotivação e incompetência, levando muitas vezes à depressão. Além disso, a impotência aprendida pode

estar associada a abusos passados, especialmente na infância. Mulheres com histórico de maus-tratos tornam-se mais vulneráveis a parceiros violentos, pois suas defesas psicológicas foram enfraquecidas. Não se trata de uma busca pela vitimização, mas de uma adaptação às experiências de violência anteriores (Hirigoyen, 2006).

Relações violentas criam dependências emocionais que se originam da manipulação e submissão. Essa dependência é paradoxal, pois, ao mesmo tempo que a mulher sofre, ela também se adapta à violência e constrói um vínculo difícil de romper com o agressor. Essas relações tendem a seguir um ciclo de violência, que alterna entre punições e recompensas, criando um sistema de dependência emocional e submissão.

Assim, ao utilizar dessa redução, o pesquisador precisa iniciar o experimento voltando-se para a sua própria vivência e perceber o significado da vivência em sua existência. Observando que para essa redução o pesquisador precisa se separar de conhecimentos adquiridos anteriormente a vivência investigada. A redução fenomenológica é composta por dois momentos, envolvimento existencial e distanciamento reflexivo que ocorrem de forma inter-relacionados (Forghieri, 1993).

O momento chamado envolvimento existencial requer que o pesquisador externalize os conhecimentos já adquiridos sobre a vivência do fenômeno que está pretendendo investigar, para posteriormente abrir-se para essa nova vivência e nela penetrar de forma espontânea e experiencial. Ou seja, o pesquisador precisa iniciar a pesquisa se despidendo de uma atitude intelectualizada e penetrar na vivência de forma mais espontânea e profunda, para que possa fluir a intuição, percepção, sentimentos e sensações assim ocasionando uma compreensão global, intuitiva, pré reflexiva da vivência (Forghieri, 1993).

Seguindo com o segundo momento, o distanciamento reflexivo consiste em um distanciamento da vivência para refletir sobre a vivência e a compreensão a partir dela, tentando captar o sentido e significado daquela vivência no existir da pessoa que experienciou o fenômeno estudado. Vela ressaltar que o distanciamento não é total ela deve manter um elo com a vivência para que a enunciação descritiva seja mais próxima possível da vivência. Esclarecendo que essa enunciação deve ser feita em linguagem simples, semelhante a usada na vida cotidiana (Forghieri, 1993).

Nesse sentido, é necessário dizer que apesar desses momentos serem descritos de forma separada, na prática o envolvimento existencial e o distanciamento reflexivo são inter-relacionados e reversíveis, não havendo uma ruptura total, mas sim uma prevalência de um deles de forma intercalada (Forghieri, 1993).

3.6 Interseccionalidade de Gênero na Experiência da Violência Doméstica

A interseccionalidade de gênero na experiência da violência doméstica é um tema complexo e multifacetado que pode ser explorado de maneira profunda e sensível através de uma abordagem fenomenológica. A interseccionalidade reconhece que as identidades individuais são moldadas não apenas pelo gênero, mas também por outras características, como raça, classe social, orientação sexual e *status* socioeconômico (Scott, 2021).

Nesse contexto, a experiência da violência doméstica e a interseccionalidade de gênero se manifesta de várias maneiras. Por exemplo, mulheres de diferentes origens étnicas, culturais ou socioeconômicas podem enfrentar formas específicas de violência com base em suas identidades múltiplas. Da mesma forma, homens e mulheres LGBTQ+ podem enfrentar desafios adicionais ao buscar ajuda ou proteção em sistemas que são muitas vezes insensíveis ou discriminatórios em relação à diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais (Machinesk, 2023).

Nessas circunstâncias, uma abordagem fenomenológica permite que os pesquisadores explorem as experiências subjetivas desses grupos marginalizados, capturando nuances e complexidades que podem ser perdidas em análises mais amplas. Ao mergulhar nas histórias de vida, percepções e emoções dos indivíduos, os pesquisadores podem identificar como diferentes identidades de gênero interagem com outras formas de opressão e discriminação para moldar as experiências de violência doméstica (Monteiro & Souza, 2007).

Ainda assim, uma abordagem fenomenológica pode revelar como as normas de gênero tradicionais e as expectativas sociais influenciam a percepção e resposta à violência doméstica em diferentes contextos culturais e sociais. Contextualizando, em algumas comunidades, a masculinidade tóxica e a noção de "homem provedor" podem contribuir para a perpetuação da violência como uma forma de afirmar o poder e o controle sobre o parceiro ou a parceira. Em outros contextos, as mulheres podem enfrentar estigma ou culpa por buscar ajuda, devido à pressão social para manter a família unida a todo custo (Scott, 2005).

Diante do exposto, ao explorar a interseccionalidade de gênero na experiência da violência doméstica, uma abordagem fenomenológica oferece insights valiosos e perspectivas profundas que podem informar políticas e práticas mais inclusivas e sensíveis às diversas realidades das pessoas afetadas. Abordagem essencial para promover uma compreensão mais completa da violência de gênero e trabalhar em direção a respostas mais eficazes e empáticas para prevenir e enfrentar a violência doméstica (Scott, 1995).

4. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa fundamentada na fenomenologia, com base no referencial teórico de Yolanda Forghieri. A pesquisa qualitativa distingue-se por sua ênfase na qualidade do fenômeno em análise, concentrando-se nos elementos significativos que se revelam ao observador-investigador. Esse tipo de investigação, ao tratar de fenômenos e não de fatos, foca naquilo que se manifesta e se revela dentro do contexto em que o fenômeno está inserido (Garnica, 1997).

Nesse contexto, a preocupação da pesquisa qualitativa em compreender o fenômeno aproxima-se da fenomenologia, uma vez que busca uma investigação direta e uma descrição detalhada dos fenômenos à medida que se revelam conscientemente. Para que o fenômeno seja exposto de maneira mais autêntica possível, é imprescindível que o pesquisador utilize a suspensão e a redução fenomenológica, com o objetivo de evitar quaisquer pressupostos ou pré-concepções que possam interferir na livre manifestação do fenômeno (Garnica, 1997).

A fenomenologia, originada no campo da Filosofia no início do século XX e desenvolvida significativamente a partir da década de 1950, não possui um conjunto de princípios unânimes entre os psicólogos. No entanto, é uma abordagem amplamente utilizada para explorar a concretude da experiência humana, proporcionando uma perspectiva detalhada sobre a personalidade e as vivências individuais (Forghieri, 1993). A pesquisa qualitativa, por sua natureza, envolve uma interação direta com os participantes, por meio de entrevistas, visando compreender as singularidades e os significados dos fenômenos estudados. De acordo com Minayo (2017), essa abordagem busca capturar a intensidade e a dimensão sociocultural do fenômeno. O enfoque deste estudo está na aplicação da fenomenologia em Psicologia, conforme delineado por Yolanda Forghieri. A fenomenologia é uma metodologia flexível, que une as experiências pessoais e acadêmicas dos teóricos e está em constante revisão e ampliação (Forghieri, 1993).

Essa abordagem de pesquisa visa explorar minuciosamente aspectos subjetivos como significados, crenças e valores que se manifestam dentro dos fenômenos, sem recorrer à quantificação objetiva desses aspectos. A escolha deste estudo está centrada na vivência de mulheres vítimas de violência conjugal, entendida como um fenômeno singular para cada uma delas. Para a análise dos dados coletados, será utilizado o Método Fenomenológico de Investigação em Psicologia proposto por Forghieri.

Merleau-Ponty (1993) afirma que “É no contato com nossa própria vivência que elaboramos as noções fundamentais das quais a Psicologia se serve a cada momento”. Dessa

forma, a fenomenologia é entendida como um modo de vivência e prática, conforme descrito por Forghieri (1993).

Um dos requisitos fundamentais para a análise fenomenológica do fenômeno é a forma como se obtém o material de estudo, que deve ser constituído por relatos espontâneos e sinceros das participantes, expressos de maneira clara e autêntica, próximos da experiência imediata vivenciada. O pesquisador deve garantir que a redução fenomenológica seja utilizada para que o fluxo da vivência seja fielmente relatado, criando um ambiente que favoreça essa livre expressão. A tarefa do pesquisador é suspender conceitos e teorias sobre a experiência — no caso, a violência doméstica — para permitir que a vivência seja penetrada e refletida na perspectiva das vítimas, para então ser descrita e relatada (Forghieri, 1993).

A análise dos relatos será realizada em três etapas: 1) a descrição preliminar da vivência, na qual o pesquisador lê o relato integralmente, tentando se envolver e compreender intuitivamente o modo de ser da vítima durante a experiência do fenômeno, captando seu significado; 2) a averiguação dos dados coletados, seguido da elaboração da descrição final da vivência, com a verificação das percepções e significados junto às participantes, para complementar ou corrigir os dados obtidos; e 3) a comparação da vivência entre as participantes, identificando elementos comuns nos significados e descrições de todas as vítimas (Forghieri, 1993).

Por fim, os resultados da análise compreensiva de cada relato, bem como os dados obtidos do grupo, serão verificados à luz da abordagem fenomenológica, para confirmar as formulações com base nas características essenciais de existência e nas formas de ser e de existir, conforme descritas por Forghieri (1993).

4.1 Participantes

Este projeto contou com a participação de três mulheres, com idades entre 18 e 50 anos, que já vivenciaram relacionamentos abusivos marcados por violência verbal, psicológica ou física. A seleção das participantes foi realizada no ambiente universitário, utilizando uma amostra de conveniência, considerando a singularidade das relações, o que impossibilita a criação de um modelo único de atendimento para todas as vítimas.

A faixa etária ampla se justifica pela natureza subjetiva da violência, que não se organiza de maneira linear ao longo do tempo, sendo impossível atribuir marcos mais significativos a uma faixa etária específica. Para melhor compreender as participantes, seguem-se breves descrições delas, cujos nomes foram alterados para preservar a identidade: Ana, Beatriz e Carol.

Ana, com 30 anos, foi casada por 15 anos e se divorciou recentemente. Durante o relacionamento, sofreu violência física, verbal e psicológica. Ela relatou dificuldades familiares na infância, como falta de afeto e conflitos constantes com seus pais adotivos. Ana destacou a importância da participação em projetos de combate à violência conjugal promovidos pelo TJDFDT para sua decisão de sair do relacionamento.

Beatriz, com 34 anos, foi casada por 7 anos. Nos primeiros anos do relacionamento, não percebeu que vivia em uma relação abusiva. Ela descreveu como se afastou de amigos e familiares e que o relacionamento começou com conflitos familiares, incluindo uma expulsão de casa. Mesmo após o término, Beatriz revelou medo de reencontrar o ex-companheiro e dificuldade em confiar em outros homens.

Carol, com 35 anos, viveu diversos relacionamentos abusivos desde os 13 anos de idade. Ela relatou problemas familiares e carência afetiva na infância, o que a levou a sair de casa precocemente. Aos 14 anos, engravidou e passou a morar com seu abusador. Ao longo de sua vivência, Carol enfrentou violências psicológicas, verbais e, no final do relacionamento, violência física.

4.2 Local

A pesquisa foi realizada presencialmente nas residências das participantes, em horários agendados após o expediente de trabalho. O contato inicial com as participantes foi feito por meio do WhatsApp, que facilitou a comunicação prévia antes da realização das entrevistas e ajudou na divulgação da pesquisa. As entrevistas ocorreram nas residências de Ana, Beatriz e Carol, localizadas em Regiões Administrativas do Distrito Federal: Sobradinho II, Sobradinho I e Santa Maria, respectivamente.

Cabe ressaltar que todas as entrevistas foram gravadas com a autorização prévia das participantes, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo o sigilo das informações e o uso exclusivo das gravações para a análise dos dados.

4.3 Material e Instrumentos

O principal instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada, composta por perguntas abertas que visam explorar a história e a vivência das mulheres em relacionamentos abusivos. As perguntas foram formuladas para aprofundar o entendimento sobre o fenômeno da violência doméstica e as subjetivações das participantes, permitindo que elas relataram suas experiências e percepções de maneira detalhada e livre.

4.4 Procedimentos

O projeto de pesquisa foi estruturado em várias etapas: introdução, revisão teórica e metodologia. Após a análise do parecer, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, sendo aprovado sob o CAAE 80773124.9.0000.0023. Com a aprovação, foram realizadas as entrevistas e iniciado o processo de categorização das falas e análise dos resultados.

As participantes foram selecionadas por meio de uma publicação digital nas redes sociais da pesquisadora. Após o contato inicial, a pesquisadora verificou se as interessadas atendiam aos critérios da pesquisa. As entrevistas foram agendadas por WhatsApp e ocorreram em média 40 minutos. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, com a autorização das participantes por meio do TCLE, assegurando um ambiente acolhedor e de escuta ativa.

Após a coleta dos dados, o Método Fenomenológico proposto por Forghieri foi utilizado para a análise dos relatos, discussão e apresentação dos resultados, culminando na conclusão do trabalho.

4.5 Procedimento de Análise de Dados

As entrevistas foram transcritas na íntegra e categorizadas. A análise fenomenológica foi conduzida conforme o método de Forghieri, utilizando a redução fenomenológica, que envolve envolvimento existencial e distanciamento reflexivo. As categorias formuladas focaram nos modos de ser e existir durante o relacionamento abusivo (Categoria 1), nos conflitos familiares e na carência afetiva (Categoria 2), e na monogamia como fator de manutenção do relacionamento (Categoria 3). Essas categorias foram analisadas e discutidas teoricamente, sendo exemplificadas por trechos das entrevistas.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Após a realização das três entrevistas e a transcrição dos relatos, foi possível formular as categorias de sentido, o que permitiu traçar uma linha do tempo das experiências e dos fenômenos vivenciados pelas participantes da pesquisa. A partir disso, emergiram quatro categorias que visam expor as vivências nas relações conjugais marcadas pela violência. As categorias formuladas giram em torno da maneira de ser e existir ao longo da relação conjugal abusiva (Categoria 1), conflitos familiares e carência afetiva (Categoria 2) e, por fim, a relação monogâmica como fator de manutenção do relacionamento (Categoria 3). Essas categorias serão discutidas teoricamente e exemplificadas por meio de trechos das entrevistas.

Categoria 1: Processos iniciais da relação amorosa e dinâmica da violência conjugal e seus desdobramentos nos modos de ser e existir no mundo

A dinâmica da violência conjugal é frequentemente sutil, promovendo um ambiente instável, principalmente por associar comportamentos violentos a questões afetivas. Por diversas vezes, pode ser difícil identificar a presença de uma relação abusiva, pois além de confusa, o agressor utiliza-se de manipulações emocionais. Um desdobramento dessas condutas pode ser a permanência no relacionamento, o que favorece a carência afetiva e a dependência emocional, gerando um movimento de adaptação à violência sofrida (Hirigoyen, 2006).

"Tinha altos e baixos, né? Muitas épocas. Sempre altos e baixos, sempre. Desde o começo até o final. Esses altos e baixos, briga... Então, na minha cabeça, eu era culpada. Em todos os momentos, ele me colocava sempre como culpada. Todos os altos e baixos, todos os altos e baixos. Na minha cabeça, se eu melhorasse, essas brigas acabariam, porque eu me sentia muito culpada. Hoje peço desculpas por tudo, mesmo sabendo que não é minha culpa... peço talvez por falta de confiança ou para evitar situações de briga. Não me sinto muito segura nas coisas que eu faço." (ANA, 2024).

"Hoje eu vejo que quando eu questionava ele, alguma coisa, a gente acabava brigando e eu sempre acabava como a 'doida da história'. Nisso, me afastei das minhas amigas e não saí de casa. Se estivesse com ele, eu saía. Se não estivesse, eu não saía. Então, estava meio que condicionada a ele. E isso foi uma construção dele comigo. Foi tão, tão, tão... tão suave, que quando eu vi, já estava assim. Falei, gente, será que eu estou ficando doida mesmo? Estou paranóica já. Estou tão habituada com isso que estou paranoica. Não é isso não. Achei que estava ficando doida mesmo. Então, hoje, encaro o fato de que ele realmente me manipulava. Eu criei uma barreira mesmo. Para as pessoas, entendeu? Tanto que são pouquíssimas pessoas que sabem onde eu moro, por exemplo." (BEATRIZ, 2024)

"Eu acho que fui morar com o Sérgio com uns 15 anos. E nunca foi bom. Eu não sabia nem cozinhar direito, mas lembro de uma coisa que marcou: eu fiz uma costela e ele não chegou, chegou muito tarde. Quando foi comer, estava ruim, porque eu não tinha cozinhado direito e ele ficou reclamando e me xingando, dizendo que eu não

servia para nada. Me recriminava muito, me rebaixou demais, me diminuía demais. Por tudo que eu fiz. Não tinha amizade, não tinha um relacionamento mesmo. Era como se eu fosse a mulher da casa, para cuidar dos filhos dele e servir na cama. Só isso. Só isso. Quando resolvi me separar dele, eu me sentia um lixo, um nada. Nessa época, eu já estava muito doente. Eu já tinha sintomas, por exemplo, compulsão, comprar, eu já estava assim. Chorava muito, todos os dias, eu tinha crise de choro." (CAROL, 2024)

Observa-se, através dos relatos, que vivenciar a violência conjugal é um processo doloroso, que deixa marcas simbólicas e altera o modo de ser e existir no mundo. A violência deixa cicatrizes psicológicas, muitas vezes difíceis de tratar e de que uma recuperação lenta e complexa. O cuidado e a busca por autoconhecimento são caminhos fundamentais para combater as causas da vulnerabilidade e fragilidade, que impossibilitam a mulher de viver de forma tranquila e em um estado de bem-estar. As entrevistas indicam um adoecimento existencial, que se manifesta através de sentimentos de culpa, bloqueios e medos (Forghieri, 1996).

A falta de comunicação saudável e a impossibilidade de mostrar o "eu" existencial pode desorganizar o mundo da mulher, levando à fragilidade e vulnerabilidade em sua vivência cotidiana. Ao viver em um ambiente de repressão, a mulher perde a autonomia e se vê alienada de si mesma e do mundo ao seu redor, um processo que começa com a responsabilização excessiva por situações externas e pela desvalorização promovida pelo parceiro (Forghieri, 1996).

Neste contexto, um elemento recorrente nos relatos das participantes foi o sentimento de culpa, originado pelo comportamento do parceiro, que repetidamente inferioriza e desvaloriza a mulher. Esse processo de desvalidação pode levar ao questionamento do ser no mundo, e a mulher vai gradualmente se adequando às expectativas do parceiro (Forghieri, 1996). A mulher se vê sem direção, sem conseguir significar suas próprias experiências, pois o ambiente abusivo cria um campo emocional confuso e manipulativo, gerando um sentimento de culpa e um distanciamento de seu próprio eu.

O ciclo de violência torna-se difícil de perceber, como relatam as participantes:

"Em alguns momentos, eu... Ele estava mais presente, acho que, em alguma tentativa que seja, não sei, com medo de perder. Mas... esse momento durava pouco, logo vinha brigas e o momento de paz acabava." (ANA, 2024)

"Então, me afastei das minhas amigas, não saía de casa. Se estivesse com ele, eu saía. Se não estivesse, eu não saía. Então, estava meio que condicionada a ele, né? E isso foi uma construção dele comigo. Foi tão, tão, tão... tão suave que quando eu vi, já estava no meio, já. E não conseguia sair." (BEATRIZ, 2024)

Dessa forma, a violência conjugal gera um estado de tensão constante, colocando a mulher em um estado de alerta permanente, devido ao ambiente hostil e opressor em que se

encontra. O medo de perder a segurança e o bem-estar a mantém refém das circunstâncias, criando um ciclo difícil de quebrar (Paixão, 2022).

O fenômeno da violência conjugal não ocorre de maneira isolada da cultura, das crenças e dos valores transmitidos socialmente. Como discutido por Morera et al. (2014), as mulheres são constantemente pressionadas por um “ter de”, um imperativo social que define suas ações e escolhas, impondo a elas a necessidade de estar em um relacionamento, mesmo que este seja abusivo. Isso está intimamente relacionado a um modelo social de monogamia, onde a mulher é vista como submissa à figura masculina, com um papel de suporte e sacrifício. Esse comportamento, enraizado culturalmente, dificulta a percepção de que se está em um relacionamento abusivo.

A vivência da violência conjugal traz à tona a necessidade de uma reconstrução da identidade e da autonomia da mulher. Recuperar-se dos efeitos da violência, conforme discutido pelos autores citados, implica um processo profundo de autoconhecimento, cura emocional e superação das limitações impostas pela cultura e pela relação abusiva. Esse processo exige, muitas vezes, o apoio de profissionais capacitados e o fortalecimento de redes de apoio, como familiares e amigos, para que a mulher recupere sua autonomia e consiga viver de forma saudável e equilibrada em suas relações pessoais e sociais.

Faz-se mister, ainda, salientar que os processos iniciais das relações amorosas, especialmente no contexto das dinâmicas de violência conjugal, costumam ser marcados por uma construção afetiva que oscila entre a idealização e o apego intenso. Inicialmente, as trocas afetivas promovem um laço de confiança, em que a parceira é levada a ver o relacionamento como uma fonte de segurança e carinho. No entanto, conforme descrito por autores como Hirigoyen (2006), essas relações frequentemente abrigam um jogo de poder sutil e uma busca pela dominação que, com o tempo, emergem na forma de violência. A dinâmica inicial do relacionamento muitas vezes envolve a sedução e a conquista, criando um vínculo afetivo que mascara as intenções manipuladoras do parceiro, e é nesse processo que se instala uma dependência emocional, na qual a vítima gradualmente se convence de que o valor do relacionamento está acima de suas próprias necessidades e bem-estar.

Ao longo do tempo, a manipulação emocional vai ganhando espaço na relação, e o agressor alterna comportamentos afetuosos com atos de violência emocional e psicológica. Hirigoyen (2006) descreve essa dinâmica como uma armadilha, onde a vítima acaba absorvendo a culpa pelas agressões e acredita que, ao mudar suas atitudes, a violência cessará. Esse ciclo de altos e baixos, descrito por Forghieri (1996) como um “adoecimento existencial”, enreda a vítima em uma espiral de culpa e autodesvalorização. Ao internalizar a

culpa, ela se vê cada vez mais aprisionada, pois passa a acreditar que suas ações provocam a reação do parceiro, interpretando o comportamento abusivo como algo que ela poderia ter evitado.

A complexidade da violência conjugal está também relacionada ao papel da idealização do parceiro/a e do ciúme. Magalhães et al. (2023) observa que a sociedade ainda alimenta uma concepção de ciúme como símbolo de cuidado, o que leva a vítima a interpretar comportamentos possessivos como demonstrações de afeto. No entanto, ao associar esses sentimentos ao amor, o agressor usa o ciúme como uma ferramenta de vigilância constante, justificando a restrição de autonomia da parceira e isolando-a progressivamente do seu círculo social. Hirigoyen (2006) e Forghieri (1993) destacam que, ao ser gradualmente afastada de familiares e amigos, a vítima perde o suporte emocional e social necessário para enfrentar a situação, o que aumenta a sua vulnerabilidade, dessa maneira adaptando o seu mundo circundante a um ajustamento adocedor e existindo de uma maneira preocupada transformando bem estar em um estado de constante medo e angústia.

Esse isolamento traz consequências devastadoras para a percepção da própria identidade. A vítima é levada a questionar sua capacidade de julgar e avaliar a própria realidade, o que Hirigoyen (2006) chama de “lavagem cerebral”. Em seus relatos, as mulheres frequentemente descrevem uma profunda distorção da realidade, sentindo-se culpadas e confusas a respeito de suas experiências, já que a constante manipulação mina seu senso crítico. Essa distorção é parte da violência psicológica, que atinge profundamente a autoestima e desestabiliza a autoconfiança da vítima. Forghieri (1996) pontua que o “ser-no-mundo” da mulher é alterado, pois ela perde o sentido de liberdade e autonomia, passando a existir num estado de constante insegurança.

A violência psicológica, que mina a autoconfiança e desorganiza a identidade da vítima, gera um ciclo onde o sofrimento é visto como parte normal do relacionamento. Segundo Scott (2005), essa normalização reflete a “banalização do mal”, conceito que indica a aceitação inconsciente do sofrimento e da violência. Esse processo é agravado pelo fato de que o relacionamento abusivo se torna a única referência de afetividade para a vítima, que se adapta à violência e aos abusos em uma tentativa de manter a estabilidade emocional. Dessa forma, a violência conjugal assume uma forma insidiosa, naturalizando-se e criando barreiras que dificultam o rompimento do relacionamento.

Forghieri (1996) e Hirigoyen (2006) assinalam ainda que a vivência de violência conjugal deixa marcas profundas no modo de ser e existir da mulher. Ao internalizar as agressões e viver sob constante ameaça, a vítima desenvolve um adoecimento psíquico, que

pode se manifestar em sintomas como ansiedade, depressão, crises de pânico e até sintomas físicos como dores e insônia. Segundo as autoras, essa situação limita o que Heidegger chama de “possibilidades existenciais”, pois a vítima passa a existir em um estado de alerta e tensão contínuos, impedindo-a de viver plenamente. A violência conjugal não afeta apenas o corpo físico, mas também o ser existencial, trazendo consequências para a percepção de si e do mundo, o que dificulta a recuperação.

Hirigoyen (2006) observa que a manipulação afetiva e psicológica gera uma dependência emocional onde a vítima se sente incapaz de romper com o relacionamento, pois já não vê possibilidades fora da relação. Esse ciclo de violência é sustentado por uma alternância entre punições e recompensas, que funcionam como uma estratégia para manter o controle emocional da parceira. Forghieri (1993) destaca que essa dependência cria um estado de vulnerabilidade extrema, onde a vítima internaliza a violência como algo inevitável, perdendo o contato com seu próprio “mundo próprio” e deixando de lado as necessidades pessoais em prol de uma idealização distorcida do relacionamento.

A experiência da violência conjugal, portanto, não é apenas um evento isolado, mas um processo contínuo de desumanização, onde a identidade da mulher é progressivamente anulada. Segundo Forghieri (1993), esse processo de apagamento da subjetividade revela-se nos modos de ser e existir da mulher, pois ela se vê limitada em suas possibilidades de ação e expressão. O processo de controle emocional, somado ao isolamento social, afasta a vítima de sua rede de apoio e a coloca em uma posição de completa vulnerabilidade, o que dificulta a ruptura com o ciclo de violência. Os desdobramentos dessa dinâmica vão além da esfera pessoal, pois a dependência emocional e a fragilidade psíquica geradas pela violência acabam se refletindo em outros aspectos de sua vida, tornando difícil reconstituir o “ser-com-os-outros” em uma situação de saúde e autonomia.

A recuperação, como assinala Forghieri (1996), é um processo complexo e demorado, que exige da vítima a reconstrução de sua subjetividade e a reconexão com seu próprio “eu”. Esse processo passa pelo autoconhecimento e pela busca de apoio psicológico e social, elementos fundamentais para romper com a fragilidade existencial que a violência gera. Nesse contexto, a intervenção de políticas públicas e de uma rede de apoio social desempenha um papel crucial, pois a superação da violência requer não apenas a força individual da vítima, mas também o suporte de uma rede que possibilite a recuperação de sua autonomia.

Finalmente, superar a violência conjugal é um processo de reestruturação da liberdade e da autenticidade. Como observa Scott (2021), o rompimento com a violência implica na reconstrução de uma nova perspectiva de mundo e de si mesma, em que a vítima possa se ver

como um ser autônomo e capaz de estabelecer relações saudáveis. A recuperação da autenticidade, após anos de manipulação e violência, é uma das maiores conquistas para as vítimas, que encontram em sua trajetória de superação uma nova forma de existir e de perceber o mundo de maneira plena e autêntica.

Categoria 2: Conflitos e falta de suporte familiar

Uma questão comum observada nas entrevistas realizadas foi a reflexão das participantes sobre o início de seus relacionamentos, momento em que algumas das entrevistadas revisitaram suas experiências de infância, suas histórias de vida e as relações com figuras maternas e paternas. Em suas falas, as mulheres destacam vivências de abusos, situações conflituosas ou agressivas durante a infância ou adolescência, evidenciando que o passado ainda se manifesta no presente, influenciando a permanência em relacionamentos abusivos. Conforme ressaltado por Rodrigues e Chalhub (2009), essas reminiscências podem servir como elementos explicativos para a permanência nas relações violentas, dado o forte vínculo afetivo e as dinâmicas familiares que moldam as escolhas de relacionamento na vida adulta.

“Eu acho que... Eu falo especificamente de mim, né? Eu acho que na adolescência a gente procura uma identificação de feridas, né? E eu acho que eu encontrei isso. Mas era isso. Eu acho que ele era a minha fuga e eu era a fuga dele. Problemas... Familiares, né? Relacionados aos pais. Padrastos e madrastas. E aí eu acho que teve uma identificação grande, né? De ambos.. Falando por mim eu me sentia muito sem lugar, tinha problemas com meu padrasto na época e com meu pai e minha madrasta, tínhamos muitos problemas de relacionamento ” (ANA, 2024)

Uma sensação que eu tinha, era de que eu queria sair de casa. Era como se eu quisesse que o Sérgio me tirasse de dentro de casa. E eu não sei porquê, mas eu sempre quis. ? Hoje em dia, analisando, eu acho que tinha a ver com carência afetiva. Meu pai foi muito ausente. Meu pai sempre foi muito mulherengo. Ele tinha muitas mulheres. Então ele deixava a minha mãe em casa e saía com outras.

E com minha mãe também não tinha uma relação muito boa. Ela trabalhava muito e ainda tinha que ficar atrás do meu pai . ” (CAROL, 2024).

Apesar de não confiar hoje em ninguém, eu gosto de relacionamento. Eu não nasci para ser solteira. Não sei se por carência mas eu sempre me relacionei né? A carência que eu digo é na família, eu nunca tive apoio, minha relação com minha mãe era muito difícil, chegou ao ponto dela me expulsar de casa e eu tive que morar com meu pai. Mas também não tinha uma boa relação. Foi assim que eu comecei a namorar e querer ter a minha casa, né? (BEATRIZ, 2024).

As relações amorosas marcadas pela violência frequentemente incitam um questionamento sobre a própria identidade da mulher, levando-a a buscar respostas para compreender a violência experienciada. Esse processo de busca pode, muitas vezes, retroceder até as experiências significativas de sua história de vida, incluindo a infância, na

tentativa de compreender a origem dos padrões que se repetem nos relacionamentos abusivos. Dessa forma, é imprescindível abordar o conceito de apego e amor dependente, que se entrelaçam nas vivências de abuso, como elementos-chave para a compreensão das dinâmicas desses relacionamentos. Para melhor abordar esse tema foi trazido à discussão o conceito de apego de Bowlby (1907).

No contexto do apego, pode-se compreender esse fenômeno como um comportamento de vinculação, representado por um conjunto de sistemas comportamentais que visam à segurança pessoal, e que tem início na infância, principalmente com as figuras maternas e paternas. Com o tempo, esse apego pode se manifestar em diferentes configurações, como relações de amizade e amorosas. Os tipos de vivências experienciadas durante a infância podem, portanto, refletir na busca por uma base segura na fase adulta, impactando diretamente na escolha e manutenção de relações recíprocas.

Considerando que uma mulher tenha vivenciado negligência parental ou sentimentos de abandono durante sua infância, é plausível que ela tenha experimentado apego inseguro ou ambivalente. Esse tipo de apego pode resultar em baixa autoestima, dependência emocional e carência afetiva. De acordo com Bowlby (1907), os padrões familiares vivenciados na infância têm um impacto profundo, não apenas no apego, mas no desenvolvimento e funcionamento saudável da personalidade. Vivências de estresse, como rejeição, abandono, negligência, ameaças e indução de culpa, podem desencadear comportamentos ansiosos que se manifestam inconscientemente em relações amorosas e de apoio ao longo da vida. Quando a pessoa permanece imersa em estados de ansiedade, alimentados por medos relacionados às figuras de apego, a funcionalidade de sua personalidade se prejudica, dificultando a identificação de figuras adequadas e disponíveis para oferecer uma base segura. Isso contribui para o fortalecimento de posturas inseguras e ambivalentes, ligadas a um apego inseguro ou ambivalente (Bowlby, 1907).

Uma pessoa que carrega em seu “mundo interior” uma mistura de insegurança, ansiedade, carências afetivas e medo de abandono, com raízes em experiências traumáticas da infância e exacerbadas por violências conjugais repetidas, cultiva um tipo de amor dependente. Há uma linha tênue entre a busca pelo amor e o processo de adoecimento emocional. Como afirma Bowlby (1907), viver uma relação amorosa implica estar vulnerável, pois o vínculo afetivo deve estabelecer uma confiança mútua e verdadeira. No entanto, nas relações abusivas, esse vínculo se torna difícil de romper, pois essas relações frequentemente reabrem feridas emocionais preexistentes, alimentando a dependência emocional. Nesse cenário, o amor se transforma em um vínculo patológico, caracterizado por cuidados e

atenções excessivas voltadas ao parceiro, criando vícios afetivos. Esse quadro pode desencadear um processo de anulação do próprio eu em relação ao outro, alimentado por ameaças e culpabilização.

A dependência emocional pode gerar um bloqueio de contato, conhecido como confluência. Nesse mecanismo de evitação, a pessoa se torna excessivamente dependente do outro, a ponto de não conseguir distinguir o que é seu do que pertence ao outro. Nesse estado, a pessoa sente que precisa constantemente provar seu valor e agradar aos outros, mesmo sem que tenha sido solicitado. Na confluência, o medo de estar só é insuportável, e a pessoa prefere aceitar o inaceitável a enfrentar a solidão (Ribeiro, 2017). Esse tipo de mecanismo torna ainda mais difícil a saída de relacionamentos violentos, uma vez que é muito mais angustiante lidar com esse sentimento de nada, então de acordo com Forghieri é mais aceitável se manter em um estado de medo do que de angústia, aqui descrito como um completo nada.

Neste contexto, a dinâmica dos relacionamentos abusivos está frequentemente entrelaçada com as experiências de infância e com a falta de suporte familiar, elementos que influenciam diretamente as escolhas afetivas na vida adulta. Mulheres que cresceram em ambientes familiares conflituosos, onde abusos, negligência e abandono foram vivenciados, tendem a repetir padrões prejudiciais nos seus relacionamentos amorosos. A falta de modelos saudáveis de afeto e cuidado pode criar uma dependência emocional que se torna difícil de romper, mesmo diante da violência. A busca por um vínculo afetivo seguro pode ser uma tentativa de suprir carências afetivas não resolvidas, fazendo com que a mulher permaneça em um ciclo de dor e submissão.

A figura dos pais desempenha um papel fundamental na formação do apego e da autoestima das crianças. Quando as relações com os pais são marcadas por abandono ou conflito, o indivíduo pode internalizar sentimentos de inadequação e carência, os quais se refletem em suas escolhas amorosas na fase adulta. Para as mulheres que passaram por essa vivência, a busca por um parceiro que substitua a figura de cuidado, ou que, paradoxalmente, seja visto como uma possibilidade de resgatar a afetividade perdida, é uma tentativa inconsciente de reencontrar o afeto que nunca foi devidamente oferecido. Isso se torna mais evidente em relatos como o de Beatriz, que, diante da dificuldade em manter relações familiares saudáveis, passou a buscar em seus relacionamentos amorosos o que não encontrou em casa.

A identificação com o parceiro, como descrito por Ana, revela como experiências de infância podem criar laços afetivos disfuncionais. Quando ambos os parceiros compartilham

um histórico de carência afetiva ou abuso, pode surgir uma sensação de compreensão mútua, que, no entanto, está alicerçada em padrões prejudiciais. Essa identificação, longe de promover um relacionamento saudável, acaba por reforçar a dependência emocional e a perpetuação do ciclo de violência. O amor se torna um mecanismo de fuga de um sofrimento anterior, mas, ao mesmo tempo, torna-se um campo de exploração das vulnerabilidades afetivas.

A falta de suporte familiar também é um fator determinante para a permanência em relacionamentos abusivos. Mulheres que não tiveram uma rede de apoio sólida durante sua infância ou adolescência tendem a ter mais dificuldades em estabelecer limites nos relacionamentos afetivos na vida adulta. A sensação de não pertencer ou de não ser suficientemente amada, como descrito por Carol, pode gerar um vazio emocional que leva à aceitação de relações abusivas. O desejo de ser cuidada e de encontrar um "lar" emocional, mesmo que seja em um relacionamento tóxico, muitas vezes se sobrepõe à necessidade de se proteger de mais sofrimento.

Outrossim, a dependência emocional e a Teoria do Apego, explicada por Bowlby, pode resultar em um estado de confluência, onde a mulher se torna tão dependente de seu parceiro que não consegue mais distinguir seus próprios sentimentos e necessidades das dele. Nesse processo, a mulher se submete à violência, pois tem medo da solidão e da rejeição. Esse mecanismo de defesa é profundamente enraizado nas experiências traumáticas da infância, que se manifestam em um ciclo de autossabotagem e anulação de si mesma em prol da manutenção do vínculo afetivo, mesmo que ele seja prejudicial. Esse fenômeno torna a ruptura com o relacionamento abusivo ainda mais complexa e dolorosa, exigindo uma compreensão profunda do passado e do impacto das experiências vividas no processo de cura e superação.

Neste contexto, compreender a dinâmica da fronteira de contato é essencial, pois uma pessoa está constantemente em interação com o ambiente, sendo afetada por tudo o que acontece ao seu redor, o que modifica sua percepção e comportamento. Desde experiências significativas na infância, envolvendo figuras de cuidado, até as influências culturais e sociais, a pessoa está sempre sendo impactada por essas interações (D'acri et al., 2016). Portanto, é fundamental compreender o contexto de vida de cada indivíduo. Experiências traumáticas, como a violência conjugal, deixam marcas profundas e dolorosas, que são intensificadas pela própria natureza do fenômeno da violência.

Categoria 3: Ideologia da monogamia como forma de manutenção da relação abusiva

A monogamia, historicamente, foi imposta às mulheres como uma norma social e moral, sendo um dos pilares do controle sobre seus corpos e suas escolhas. A infidelidade, portanto, torna-se uma transgressão não só do pacto conjugal, mas também da honra masculina, como discutido por Azevedo (2019) e Mary Del Priore (2019). A falta de fidelidade dentro do relacionamento é considerada um dos fatores mais significativos que levam as mulheres a romperem com a relação, muitas vezes vendo a infidelidade como um ataque direto à sua dignidade e à sua honra perante a sociedade.

Ana, Beatriz e Carol destacam a infidelidade como o principal motivo para o rompimento da relação. Percebe-se que a violência doméstica muitas vezes é justificada, mas a infidelidade não, pois esta passa a ter um valor central na relação amorosa.

"Então, sempre envolveu outras pessoas. **Até posso falar da violência física, mas isso nunca foi um determinante para a gente separar, foi a traição e a vergonha.**" (ANA, 2024, grifo nosso).

"Hoje eu prezo a lealdade. Porque com ele me faltou lealdade. Ele levou a mulher para dentro da minha casa. Eu passei por isso. Levou a mulher para dentro da minha casa. **Então, assim, além da infidelidade, teve a falta de lealdade. Ele não teve respeito pela nossa casa, a casa que a gente construiu junto.**" (BEATRIZ, 2024, grifo nosso).

"Não sei o que é um relacionamento ideal. Eu nem faço ideia. Não sei nem o que dizer. Se fosse para você trazer características para colocar num relacionamento... Se eu pudesse escolher, primeiramente o respeito. **Porque de tudo que eu passei, a parte que sinto mais dor e vergonha são as traições.**" (CAROL, 2024, grifo nosso).

O conceito de monogamia, quando analisado sob a perspectiva histórica e social, revela uma construção desigual que coloca a mulher em uma posição subordinada, com sua vida afetiva constantemente vigiada e controlada pela sociedade e pelo parceiro. A infidelidade masculina, tradicionalmente tolerada, entra em confronto com as expectativas sobre a fidelidade feminina, gerando um campo fértil para a violência de gênero (Cavaler et al., 2007). No entanto, o que se observa nas narrativas das entrevistadas, é que a infidelidade não é mais tolerada pelas mulheres e que este passa a ser um critério decisivo para manter-se ou sair do relacionamento.

O comportamento violento do parceiro, associado à infidelidade, evidencia uma percepção de poder e controle sobre a mulher, minando sua autoestima e senso de identidade e é exatamente neste aspecto que percebemos a reação das vítimas de violência, pois não aceitam essa tentativa de controle sobre seus corpos e sua vida. Essa dinâmica gera

sofrimento psicológico e pode ter efeitos duradouros sobre o bem-estar emocional e social das mulheres que passam por essa vivência.

A ausência de material acadêmico robusto sobre a infidelidade no contexto da violência doméstica e até mesmo uma discussão sobre a ideologia da monogamia, sinaliza a necessidade de novos estudos, tendo em vista que a honra passa a ser um atributo moral requerido pelas mulheres. Afirmar que trata-se apenas por uma busca pelo poder pode ser precipitado, pois muitas mulheres tiveram de conviver com as constantes relações extraconjugais dos companheiros e sob um controle repressivo excessivo sobre a sua sexualidade. Mas o que se observa é a perpetuação da moralidade contida neste jogo relacional e que gera conflitos e violência no casal.

Durante as entrevistas realizadas, ficou claro que, apesar da violência física e psicológica que algumas das participantes relataram, o elemento mais determinante para o rompimento do relacionamento foi a infidelidade. A transgressão do pacto de fidelidade, ou seja, a não-monogamia, foi considerada por elas como a maior forma de violência, ultrapassando até mesmo a dor física, uma vez que a "ferida na honra" e a vergonha diante da sociedade causaram sofrimento intenso. Ana, uma das entrevistadas, relatou: "Então, sempre envolveu outras pessoas. Até posso falar da violência física, mas isso nunca foi um determinante pra gente separar, foi a traição e a vergonha." (Ana, 2024). Aqui, é possível perceber que, para Ana, a quebra do contrato de fidelidade representa uma espécie de lealdade, uma ofensa de tal magnitude que superou as questões de violência física que, até aquele momento, haviam sido toleradas.

Na narrativa das entrevistas percebe-se que o relacionamento extraconjugal é interpretado como uma traição aos costumes, a idealização de família e amor. Estas mulheres entendem a infidelidade como uma forma de violência doméstica, demonstrando sua compreensão sobre o ato do companheiro em tentar diminuir sua autoestima e autodeterminação.

A sociedade, historicamente, tem atribuído um valor exorbitante à monogamia, especialmente no que diz respeito ao corpo feminino, e a transgressão dessa norma se reflete diretamente na "honra masculina" e, conseqüentemente, nas manifestações de violência contra as mulheres. A literatura feminista tem ressaltado que a violência contra a mulher muitas vezes é justificada pela necessidade de "preservar" a honra do homem, como argumenta Margarita Danielle Ramos (2012), ao afirmar que, desde o período colonial no Brasil, as mulheres foram encarregadas de zelar pela honra masculina, cuja virtude era definida pela sexualidade feminina. Tratar-se-ia, na contemporaneidade, de uma tentativa das

mulheres assegurar sua honra ao não tolerar mais esse tipo de comportamento dos companheiros “infieis”, requerendo, para si, os mesmos direitos? Ou as mulheres, mesmo ciente de seus direitos, estão tornando-se mais conservadoras e fermentando o solo da família idealizada e conservadora “dos bons costumes”?

Para compreender melhor o contexto da monogamia, é pertinente explorar a história da monogamia na Roma Antiga. Azevedo (2019) explica que, enquanto a fidelidade era exigida da mulher como garantia para a estrutura de herança patrilinear, para os homens, a monogamia não era vista com a mesma exigência. Essa visão histórica reflete um modelo patriarcal de monogamia unidirecional, que posicionava a mulher como um elemento de potencial desordem na estrutura social. Como resultado, seu corpo passou a ser constantemente vigiado, o que gerou uma dinâmica de controle que persiste até hoje. Mary Del Priore (2019), ao analisar a história do amor no Brasil, aponta que a monogamia foi historicamente imposta às mulheres, enquanto a infidelidade masculina era entendida como uma falha inevitável, naturalizada pela sociedade.

Dessa forma, a monogamia, em sua forma patriarcal, assume uma função normativa e é tratada como uma promessa de felicidade, indo além de uma simples prática relacional. Ela se transforma em uma norma que atravessa nossas subjetividades por meio de discursos que naturalizam e impõem comportamentos. A monogamia, entendida como uma prática romântica, adquire características de um modelo de amor fundado na posse do corpo e dos afetos do parceiro. Como observa Cavaler et al. (2024), esse tipo de relação é frequentemente sustentado por ciúmes e pela idealização da figura do parceiro, sendo um terreno fértil para a violência contra as mulheres, que é justificada pelo medo de perder o controle sobre o outro.

O modelo de amor romântico, sustentado por esses valores, é muitas vezes permeado por um desejo de posse e controle sobre o parceiro, o que acaba criando expectativas irreais e anulando a individualidade do outro. Nas sociedades ocidentais, desde a infância, somos expostos à norma monogâmica, em um contexto social que reforça a ideia de que o amor é uma posse, algo que deve ser controlado e vigiado.

Del Priore (2019) também ressalta que o valor atribuído à monogamia feminina está profundamente enraizado na estrutura patriarcal, onde a mulher é vista como um símbolo de virtude familiar e de responsabilidade pela moralidade da família. Essa idealização não permite que a mulher viva sua própria subjetividade de forma autônoma, vinculando seu valor à imagem de fidelidade e submissão, o que torna a saída de um relacionamento abusivo ainda mais desafiadora.

Morera et al. (2014) discutem que a violência psicológica que se instala nessas relações é amplificada pelo papel normativo da monogamia, visto que as mulheres são culturalmente levadas a acreditar que sua missão de vida é manter a estabilidade conjugal. Esse tipo de pressão reforça a permanência em relacionamentos abusivos, pois a monogamia é vista como um valor absoluto, acima das experiências individuais de dor e sofrimento.

Entretanto, observa-se um movimento que retrata uma nova maneira de enxergar essa questão. Nesse sentido, é notável uma tensão entre duas dinâmicas que se manifestam nas mulheres contemporâneas, a busca pela igualdade de direitos e o retorno a valores familiares mais conservadores. Essas dinâmicas não são necessariamente contraditórias, mas sim aspectos diferentes das mudanças culturais e sociais que acontecem ao longo do tempo (Hooks, 2018).

Por um lado, muitas mulheres que ao exigirem a fidelidade e o respeito dentro do relacionamento estão, de fato, reafirmando seus direitos e sua autonomia. Esse posicionamento pode ser visto como uma maneira de garantir a sua dignidade e honra em face de comportamentos considerados abusivos ou desrespeitosos. Dessa maneira, em um contexto de empoderamento feminino, as mulheres estão cada vez mais conscientes de que têm o direito de exigir relacionamentos baseados em respeito mútuo, sem precisar tolerar comportamentos como a infidelidade, que historicamente foram naturalizados e tolerados. Esse movimento não implica, necessariamente, um retorno ao conservadorismo, mas sim uma redefinição do que significa respeito dentro das relações afetivas, com base em um equilíbrio de poder (Hooks, 2018).

Por outro lado, existe também um ideal de resgatar a ideia de família tradicional, especialmente em contextos mais conservadores. Muitas mulheres podem, por escolha ou por pressões culturais e sociais, buscar resgatar valores mais tradicionais de família, em que as normas de fidelidade e os bons costumes são enfatizados. Esse posicionamento pode ter algumas motivações como uma busca por segurança emocional ou um desejo de estabilidade familiar (Hooks, 2018).

Essa ambiguidade, ou mistura de tendências, reflete a complexidade da luta feminina na contemporaneidade, onde a definição de direitos e valores não é homogênea, e cada mulher pode trilhar um caminho próprio, influenciada por múltiplos fatores históricos, culturais e sociais (Hooks, 2018).

O impacto da infidelidade, como um ato de violência simbólica, desestrutura emocionalmente a vítima, gerando ansiedade, depressão e sentimentos de insegurança e inadequação. Para Forghieri, esses impactos alteram profundamente o modo de ser e

existir da mulher no mundo, já que ela passa a se ver como inferior, alimentando um ciclo de culpa e auto sabotagem que dificulta a percepção da violência sofrida e, conseqüentemente, seus ajustes e adaptações necessárias para restabelecer o bem estar (Hooks, 2018).

Para romper com essa violência, é necessário que a mulher reconstrua sua autonomia e ressignifique sua relação com a monogamia. Cavaler et al. (2024) defendem que essa superação exige um processo de desconstrução dos modelos tradicionais de amor, permitindo que a mulher encontre valor em si mesma fora da relação abusiva. Esse processo é fundamental para que ela possa perceber a violência simbólica e romper com o ciclo de abuso, criando um espaço para o autoconhecimento e para relações saudáveis e equilibradas.

Ao compreender a ideologia da monogamia, a mulher pode redefinir o significado da fidelidade construindo relações baseadas em acordos e expectativas mútuas. Isso permite que ela recupere sua autoestima e estabeleça um relacionamento em que a autonomia e o respeito ocupem um lugar central, protegendo-a contra a violência psicológica e emocional. Além disso, é importante que a sociedade desconstrua a visão romantizada da monogamia, incentivando a educação sobre relacionamentos saudáveis desde a infância. Essa mudança cultural permitirá que as futuras gerações desenvolvam uma percepção crítica sobre as normas de gênero, evitando que reproduzam padrões de violência e controle no âmbito dos relacionamentos.

Entender a monogamia como um direito da mulher e não como uma imposição ou um mecanismo de controle social é, portanto, uma das chaves para romper com as relações de violência. Com isso, é necessário questionar os discursos que naturalizam a monogamia, desafiando a noção de que essa é a única forma legítima de se viver uma relação amorosa. A fala das entrevistadas, como Ana, Beatriz e Carol, evidencia que a quebra do pacto monogâmico representa uma violência simbólica de grandes proporções, que provoca um sofrimento intenso, mais do que muitas vezes a violência física. Este estudo, então, aponta para a necessidade de repensar a normatividade da monogamia e seus impactos nas relações abusivas, bem como sua contribuição para a perpetuação da violência contra a mulher.

6. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender a vivência das mulheres que sofrem violência doméstica, com ênfase na violência psicológica, a partir de uma abordagem fenomenológica. A violência doméstica, especialmente a violência psicológica, tem efeitos

devastadores sobre as vítimas, alterando sua percepção de si mesmas, suas relações sociais e seu bem-estar emocional. Durante o desenvolvimento deste trabalho, foi possível analisar, a partir da perspectiva fenomenológica, como as mulheres vivenciam e atribuem significados à violência, oferecendo uma visão mais profunda sobre o impacto dessa experiência.

A primeira questão que se destacou foi a dificuldade das vítimas em reconhecer a violência psicológica como uma forma legítima de abuso. Muitas mulheres, especialmente aquelas que se encontram em contextos de desigualdade de poder, com frequência minimizam ou racionalizam os comportamentos abusivos, pois se acostumam com a dinâmica de controle e manipulação emocional imposta pelos agressores. Esse fenômeno foi analisado com base na teoria de Simone de Beauvoir e Rita Segato, que destacam como as estruturas patriarcais influenciam a forma como as mulheres experienciam a violência e como isso impacta sua identidade e autoestima.

Ao responder à pergunta norteadora, "Como é a vivência das mulheres que sofrem violência doméstica?", este estudo conclui que as vítimas dessa violência experimentam uma complexa rede de sentimentos de medo, vergonha, insegurança, culpa e impotência. O sofrimento psicológico gerado por esse tipo de violência é, muitas vezes, invisível e difícil de ser reconhecido, o que torna a experiência da vítima ainda mais dolorosa. A violência psicológica, que se manifesta por meio de manipulação emocional, humilhações e ameaças, é frequentemente minimizada pela sociedade, que tende a associar o conceito de violência apenas à agressão física.

O objetivo geral da pesquisa, que era analisar o fenômeno da violência doméstica psicológica a partir da fenomenologia, foi alcançado ao investigar as experiências subjetivas das mulheres em situação de abuso. A fenomenologia permitiu uma compreensão mais profunda das vivências das vítimas, mostrando que a violência psicológica é uma experiência imersiva, que afeta a maneira como a mulher vê o mundo e a si mesma. Muitas das vítimas relatam a perda do senso de identidade e a dificuldade de se reconhecer fora da relação abusiva, o que evidencia a profundidade do impacto emocional desse tipo de violência.

A análise do mundo circundante na experiência de violência doméstica, um dos objetivos específicos, revelou que o contexto social e cultural desempenha um papel crucial na experiência da violência. A maioria das mulheres que vivenciam violência doméstica psicológica está imersa em um ambiente de isolamento e dependência emocional e financeira. Esse isolamento social, muitas vezes alimentado pela manipulação do agressor, torna ainda mais difícil para a vítima buscar ajuda, pois ela se sente sozinha e desamparada. A falta de

redes de apoio, tanto familiares quanto institucionais, contribui para a perpetuação da violência, dificultando a saída da vítima da relação abusiva.

Em relação ao objetivo de compreender a vivência da violência doméstica na perspectiva das vítimas, ficou claro que, além do sofrimento emocional, muitas mulheres desenvolvem um comportamento de negação, não reconhecendo a violência psicológica como um abuso, o que reforça a permanência em relações violentas. Esse fenômeno está relacionado a uma internalização dos papéis de gênero e da crença cultural de que a mulher deve se submeter ao homem, ainda que isso implique sofrer abuso emocional. O estudo também revelou que, muitas vezes, as mulheres têm dificuldade em identificar e verbalizar o sofrimento psicológico causado pela violência, o que dificulta o reconhecimento da gravidade da situação.

O objetivo de investigar formas de existir das vítimas após a violência doméstica também foi cumprido, com a análise de como as mulheres se reconfiguram emocionalmente e psicologicamente após vivenciarem o abuso. Muitas delas enfrentam uma crise de identidade e autoestima, uma vez que a violência psicológica atinge diretamente o sentido que elas têm de si mesmas. O impacto da violência na autoimagem pode ser tão profundo que muitas mulheres, mesmo após saírem do ciclo de abuso, enfrentam dificuldades para reconstruir suas vidas e estabelecer novas relações saudáveis.

A pesquisa também investigou o sentido da violência doméstica para as mulheres, destacando que a violência psicológica muitas vezes leva à crença de que a mulher não é capaz de viver de maneira independente, ou que merece ser tratada de forma submisso. Isso reflete uma internalização das normas patriarcais que perpetuam a desigualdade entre os gêneros. Muitas mulheres que vivem em situações de violência doméstica acreditam que, de alguma forma, merecem o abuso ou que não têm a capacidade de se libertar da situação, o que as mantém presas ao ciclo de violência.

O estudo revelou que, em muitas ocasiões, as vítimas de violência psicológica desenvolvem um sentimento de dependência emocional em relação ao agressor, o que faz com que a separação seja ainda mais difícil. Esse vínculo de dependência não se restringe ao aspecto emocional, mas também pode envolver questões econômicas e sociais. Em um contexto onde as mulheres muitas vezes dependem financeiramente de seus parceiros, a decisão de deixar a relação torna-se ainda mais complicada. Além disso, o medo das represálias e a vergonha de buscar ajuda também impedem que muitas mulheres denunciem seus agressores.

O significado da vivência da violência doméstica para as mulheres foi amplamente discutido ao longo da pesquisa. O estudo mostrou que, para muitas vítimas, a violência psicológica resulta na perda do senso de autonomia e na sensação de estar "preso" ao parceiro abusivo. A mulher, muitas vezes, se vê como incapaz de reagir ou de se libertar da relação, uma vez que a violência abala sua autoconfiança e sua percepção de valor próprio. Esse ciclo de abuso emocional contribui para a construção de uma identidade marcada pela subordinação e pela vulnerabilidade.

A partir do enfoque fenomenológico, foi possível observar que a experiência da violência doméstica vai muito além dos atos de agressão física. A violência psicológica, por sua natureza subjetiva e insidiosa, é muitas vezes mais difícil de ser reconhecida e tratada. Ela opera de maneira silenciosa, corroendo lentamente a autoestima da mulher e sua capacidade de agir. A mulher agredida psicologicamente frequentemente se sente incapaz de buscar apoio ou ajuda, seja por medo do agressor, seja por não reconhecer que está sendo vítima de um abuso.

A análise das políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica, como a Lei Maria da Penha, revelou que, embora existam avanços importantes, como o aumento da conscientização sobre a violência contra as mulheres, ainda há grandes desafios. A eficácia dessas políticas depende não apenas de sua implementação, mas também da mudança cultural em relação ao lugar da mulher na sociedade. A violência doméstica, especialmente a psicológica, exige uma abordagem multidisciplinar, que envolva profissionais de saúde, psicologia e direito, para que as vítimas possam receber o apoio necessário para romper com o ciclo de violência.

Este estudo contribui para a reflexão sobre a violência doméstica, especialmente a violência psicológica, e seus efeitos devastadores sobre a vida das mulheres. Ele também reforça a necessidade de políticas públicas mais eficazes e de uma mudança social mais profunda, para que as mulheres possam romper com o ciclo de abuso e viver com dignidade e liberdade. Em última análise, a pesquisa reafirma a importância de compreender a vivência da mulher que sofre violência doméstica, não apenas de uma perspectiva legal ou médica, mas também emocional e social, de modo a promover uma transformação significativa na vida dessas mulheres.

Conclui-se, portanto, que a vivência da violência doméstica psicológica é uma experiência complexa, marcada por sentimentos de subordinação, medo e impotência. As mulheres que vivenciam essa violência muitas vezes não conseguem reconhecer sua gravidade, e as consequências desse abuso afetam todos os aspectos de suas vidas, desde sua

identidade até sua capacidade de formar novas relações. O enfrentamento desse problema exige um esforço coletivo, envolvendo mudanças no nível individual, social e institucional, com o objetivo de garantir que as mulheres possam viver em segurança e com autonomia.

7. REFERÊNCIAS

AGOSTINI, M. D.; ZANIN, C. A. S.; MORO, C. D.; CZISMOSKI, D. F.; GIACOMETTI, E.; OLIVEIRA, J. C. S. D.; ALGERI, V. Representações sociais sobre relacionamento abusivo. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n2-627>. Acesso em: 16 maio 2024.

ALBUQUERQUE, F. Pesquisa mostra que 97% das mulheres já sofreram assédio em transporte. *Agência Brasil*, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitoshumanos/noticia/2019-06/pesquisa-mostra-que-97-da-s-mulheres-sofreram-assedioem-transporte>. Acesso em: 16 maio 2024.

ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém: uma reportagem sobre a banalidade do mal* (Tradução de Ana Corrêa da Silva). Coimbra: Tenacitas, 2003.

ARENDT, H. *A condição humana* (10ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BATISTA, T.; MODESTO, J. Percepção de justiça frente à permanência de mulheres em relacionamentos abusivos. *Programa de Iniciação Científica - PIC/UniCeub - Relatórios de Pesquisa*, 2022. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pic/article/view/8897>. Acesso em: 16 maio 2024.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Nova Fronteira, 2014.

BITAR, R.; LAGO, P.; ACAYABA, C. Metade dos brasileiros conhece uma mulher que já foi

agredida pelo parceiro ou ex, mas 94% dos homens dizem nunca ter agredido, diz Ipec. *GI São Paulo*, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/11/17/metade-dos-brasileiros-conhece-uma-mulher-que-ja-foi-agredida-pelo-parceiro-ou-ex-mas-94percent-dos-homens-dizem-nunca-ter-agredido-diz-ipec.ghtml>. Acesso em: 16 maio 2024.

BLACKBURN, S. *A República de Platão: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BORGES, B. Um terço das mulheres já sofreu ou presenciou assédio no transporte, diz pesquisa da CPTM. *Folha de São Paulo*, São Paulo Agora, 2021. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/07/um-terca-das-mulheres-ja-sofreu-ou-presenciou-assedio-no-transporte-diz-pesquisa-da-cptm.shtml>. Acesso em: 16 maio 2024.

BOWLBY, J. *Apego e perda: a natureza do vínculo* (Trilogia do apego, Vol. 1, 3ª ed., Tradução de Álvaro Cabral). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CASANOVA, M. *Mundo e historicidade: leitura fenomenológica de Ser e Tempo – Volume 1 – existência e mundaneidade*. São Paulo: Via Verita, 2017.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, p. 241-282, 2013.

D'ACRI, G.; LIMA, P.; ORGLER, S. (Eds.) *Dicionário de Gestalt-terapia: gestaltês* (3ª ed. revista e ampliada). São Paulo: Summus Editorial, 2016.

EMERICK, M. F. B.; BEZERRA, M. L.; SHIMIZU, H. E.; BATISTA, K. T. O pensamento de Rita Segato no contexto da violência de gênero às mulheres queimadas: ensaio teórico. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 10, n. 12, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20785>. Acesso em: 31 maio 2024.

FERREIRA, A. B. D. H. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. 1. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1988.

FORGHIERI, Y. C. *Psicologia fenomenológica: fundamentos, método e pesquisa*. São Paulo: Pioneira, 2002.

FORGHIERI, Y. C. Saúde e adoecimento existencial: O paradoxo do equilíbrio psicológico. *Temas em Psicologia*, v. 4, n. 1, p. 97-110, 1996.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022: Femicídios caem, mas outras formas de violência contra meninas e mulheres crescem em 2021*. 2022.

FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. *Situações clínicas em Gestalt-terapia* (Vol. 6). São Paulo: Summus Editorial, 2019.

GARNICA, A. V. M. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 1, p. 109-122, 1997.

GIORGI, A.; SOUSA, D. Método fenomenológico de investigação em psicologia. *Fim de Século*, v. 25, p. 73-91, 2010.

GUERRA, L. Pouca história do 'matriarcado' como hipótese para a interpretação da

pré-história. *MareNostrum*, v. 12, n. 1, p. 1-25, 2021.

GURGEL, T. Feminismo e luta de classes: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo contemporâneo. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, v. 9, p. 1-9, 2010.

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo - Partes I e II* (Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback). Petrópolis: Vozes, 2009.

HIRIGOYEN, M. F. *A violência no casal: da coação psicológica à agressão física*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HOOKS, B. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.1 ed.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KANT, I. *Metafísica dos costumes - Parte I e II*. Petrópolis: Vozes, 2013.

LEAKEY, R.; TORT, A. *A origem da espécie humana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

LIMA, P. A. Criatividade na Gestalt-terapia. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 9, n. 1, p. 87-97, 2009.

LOPEZ, G. S. L.; ROLDAN, V. D. R. S. Dependência emocional, depressão e ansiedade em mulheres vítimas de violência. *Revista Científica Inicc - Perú*, v. 3, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36996/delectus>. Acesso em: 16 maio 2024.

MACHINESKI, G. G. O significado da atenção à mulher vítima de violência doméstica no contexto da Atenção Primária à Saúde. *Saúde Debate*, v. 47, n. 139, p. 931-940, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202313915>. Acesso em: 16 maio 2024.

MAGALHÃES, B. M.; ZANELLO, V.; FERREIRA, I. F. R. Afetos e emocionalidades em mulheres que sofreram violência por parceiro íntimo. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, v. 25, n. 3, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPCP15159.pt>. Acesso em: 16 maio 2024.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (25ª ed. atualizada). Petrópolis: Vozes, 2021.

MOTTA, D. T.; COSTA, R. A.; FIGUEIREDO, S. A. As violências contra mulheres em situação de vulnerabilidade. *Revista de Psicologia e Saúde*, v. 15, p. 54-70, 2021. Disponível em: <https://www.psicologiaesaude.com.br/>. Acesso em: 16 maio 2024.

NUNES, L. M. Análise de gênero e relações de poder em contextos educacionais. *Revista Brasileira de Estudos de Gênero*, v. 17, n. 1, p. 21-34, 2022. Disponível em: <https://www.rbeg.org.br/>. Acesso em: 16 maio 2024.

PESSOA, M. O que é feminismo? *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 21, p. 50-60, 2020.

PIMENTEL, J. S.; LIMA, A. L. C. Comportamento feminino e as relações de poder: o que dizer sobre a violência doméstica no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 40, p. 83-99, 2023. Disponível em: <https://www.rbcpolitica.com.br/>. Acesso em: 16 maio 2024.

SABINO, J. O. Violência na família e os direitos humanos das mulheres: a Lei Maria da Penha. *Revista da FAE*, v. 12, n. 2, 2009, p. 29-42.

SEGATO, R. L. Território, soberania e crimes de segundo estado: a escrita em corpo feminino na cena de violência. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, n. 73, 2012, p. 63-93.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES*, n. 25, 2016, p. 106-131.

SEGATO, R. L. *Contra-pedagogias da crueldade* (3ª ed.). São Paulo: Boitempo, 2020.

SILVA, L.; OLIVEIRA, M. Características epidemiológicas da violência contra a mulher no Distrito Federal, 2009 a 2012. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 25, 2016, p. 331-342.

SILVA, T. M.; PETRELLI, R. Estudo de caso: a vivência de uma mulher vítima de relacionamentos abusivos na ótica da abordagem gestáltica. 2020.

STEIN, E. *Introdução ao pensamento de Martin Heidegger*. EdiPUCRS, 2011.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. O que são direitos humanos? Os direitos humanos pertencem a todos e todas e a cada um de nós igualmente. Adaptado de: Introdução à abordagem baseada em direitos humanos, UNICEF Finlândia, 2015. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/o-que-sao-direitoshumanos>. Acesso em: 7 nov. 2024.

VAITSMAN, J. Hierarquia de gênero e iniquidade em saúde. *Physis: revista de saúde coletiva*, v. 4, 1994, p. 7-22.

ZINKER, J. *Processo criativo em Gestalt-terapia*. São Paulo: Summus Editorial, 2007.

ANEXOS I - Formulário entrevista semiestruturada

Bloco 1 - Dados pessoais (identificação)

1. Nome:
2. Idade:
3. Sexo:
4. Escolaridade:
5. Profissão:

Bloco 2 - Vivência Conjugal

1. Tempo de relacionamento?
2. Como se conheceram?
3. Como foi o início do relacionamento?

4. Como era o dia a dia do relacionamento?
5. O que é um relacionamento ideal?
6. Se há filhos fruto da relação, se sim quantos?
7. Com quanto tempo de relacionamento você percebeu que não estava legal ?
8. O que aconteceu ?
9. Como você se sentiu?
10. Como foi lidando com esse sentimento?
11. O que você acha que sofreu? O que mais te incomodou nessa relação? Você acha que tem alguma coisa a ver com a Maria da Penha?
12. Como foi o processo de tomada de decisão para sair da violência?
13. Quais fatores interferiram nesse processo?
14. Como foi terminar essa relação?
15. Como foi de fato sair da relação?
16. Quais os efeitos dessa relação na sua vida profissional e amorosa?
17. Teve rede de apoio?

ANEXOS II - Quadro fenomenológico

Quadro 1: Modo de ser e existir ao longo do relacionamento conjugal abusivo

Participante	Modo de ser e existir
Ana	Ana descreve seu relacionamento com altos e baixos constantes, onde ela se sentia culpada em momentos de conflito. A culpa era imposta pelo parceiro, levando-a a acreditar que a solução para os problemas dependia dela. Ela também relata uma crescente falta de confiança em si mesma e em suas próprias ações, chegando a um isolamento social,

	se afastando de amigos e perdendo a confiança até mesmo em seu próprio julgamento.
Beatriz	Beatriz menciona um ciclo constante de altos e baixos, marcado por brigas e reconciliações. Ela se sentia muitas vezes culpada pela situação e, em alguns momentos, se via pedindo desculpas, mesmo sabendo que não era sua culpa. Ela foi progressivamente isolada socialmente, sendo condicionada a depender de seu parceiro para sair de casa, o que a levou a questionar sua sanidade e a sentir-se paranoica.
Carol	Carol descreve um ambiente de constante desqualificação, onde seu parceiro a diminuía e rebaixava constantemente, especialmente em relação às tarefas domésticas e sua capacidade como mulher. Ela relata um grande sofrimento emocional, com crises de choro e sintomas de angústia, além de um constante afastamento das interações sociais, devido ao controle e manipulação do parceiro.

Fonte: A autora, 2024.

Quadro 2: Conflito familiar e carência afetiva

Participante	Conflito familiar e carência afetiva
Ana	Ana relata uma infância marcada por conflitos familiares, incluindo a falta de afeto e problemas com seus pais adotivos. Ela busca na relação abusiva uma forma de fuga desses conflitos, apesar de perceber que o relacionamento estava baseado em uma identificação de feridas não resolvidas. Sua relação com seu parceiro começou na adolescência, quando

	ela procurava identificar-se com alguém que também tivesse vivências familiares problemáticas.
Beatriz	Beatriz descreve uma relação difícil com seus pais, especialmente com sua mãe, e menciona a falta de apoio familiar. Ela busca nos relacionamentos afetivos uma forma de preencher essa carência, o que a leva a se envolver em relações abusivas. Beatriz também sente que sua carência afetiva é ligada à falta de um modelo de afetividade saudável em sua infância.
Carol	Carol viveu uma infância marcada pela ausência afetiva, especialmente com seu pai, e pela presença de múltiplos relacionamentos conflituosos. Ela buscou se envolver com parceiros na tentativa de encontrar uma forma de preencher essa lacuna afetiva. Sua necessidade de se afastar de casa e formar uma família desde cedo também reflete a busca por estabilidade emocional.

Fonte: A autora, 2024.

Quadro 3: Relação monogâmica como fator de manutenção de relacionamento abusivo

Participante	Relação monogâmica como fator de manutenção
Ana	Ana descreve a infidelidade como um dos principais fatores que sustentaram seu relacionamento abusivo. As traições constantes e a falta de respeito do parceiro pela sua casa e pelo relacionamento foram elementos que a fizeram

	permanecer no ciclo de altos e baixos. Ana valoriza hoje a lealdade e o respeito como base para qualquer relação.
Beatriz	Beatriz também experimentou a infidelidade como um fator de sofrimento profundo em sua relação. Ela destaca a vergonha que sentiu devido às traições, especialmente quando o parceiro a desrespeitou ao levar outras mulheres para dentro da casa que ambos compartilharam. Esse comportamento gerou nela um distanciamento emocional e a perda de confiança.
Carol	Embora Carol não tenha mencionado explicitamente a monogamia, a falta de lealdade em seus relacionamentos e a constante traição podem ser entendidas como fatores que a mantiveram em um ciclo de relações abusivas. Ela descreve seus relacionamentos como instáveis e sempre marcados por violência emocional, psicológica e física.

ANEXOS III- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

A FENOMENOLOGIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Centro Universitário de Brasília – UNICEUB

Pesquisadora responsável: Prof. Dra. Flávia Timm

Pesquisadora assistente: Patricia Fontinele Pereira

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. O nome

deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma via do mesmo. Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- Você está sendo convidado a participar desta pesquisa que tem como objetivo analisar o fenômeno da violência doméstica psicológica a partir da fenomenologia.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em participar de uma entrevista e elaborar um genograma familiar, o que pode levar aproximadamente 1 hora.

() Estou de acordo com a utilização da minha imagem neste estudo.

() Não estou de acordo com a utilização da minha imagem neste estudo.

- A pesquisa será realizada no Instituto Umanizzare, um ambiente privado localizado no Distrito Federal, que oferece suporte psicológico e social a mulheres vítimas de violência doméstica, familiar ou nas relações íntimas. Esse local foi escolhido por proporcionar privacidade e conforto às participantes, garantindo um ambiente seguro para a realização das entrevistas e elaboração dos genogramas familiares.
- **Riscos e benefícios:** Considerando os riscos potenciais deste estudo, caso seja necessário, será garantido o direito à assistência (imediata, integral e sem ônus) ao participante, devido a danos decorrentes da participação na pesquisa e pelo tempo que for necessário (Resolução CNS nº 466 de 2012, itens II.3.1 e II.3.2). Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo, ou poderá interromper sua participação a qualquer momento. Com sua participação nesta pesquisa, você poderá ter acesso a um ambiente de acolhimento e apoio psicológico durante e após as entrevistas, visando promover o bem-estar emocional das participantes. Além disso, ao compartilhar suas experiências, você contribuirá para o avanço do conhecimento sobre a violência doméstica, possibilitando a elaboração de estratégias mais eficazes de prevenção e intervenção. Sua participação também pode

ajudar a sensibilizar a sociedade e os órgãos públicos sobre a importância de enfrentar e combater esse grave problema social, visando a promoção da igualdade de gênero e o respeito aos direitos humanos.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- Os dados e instrumentos utilizados ficarão guardados sob a responsabilidade da Pesquisadora responsável: Prof. Dra. Flávia Timm e da Pesquisadora assistente: Patricia Fontinele Pereira, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e arquivados por um período de 5 anos; após esse tempo serão destruídos.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966-1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. O horário de atendimento do CEP-UniCEUB é de segunda a quinta: 09h30 às 12h30 e 14h30 às 18h30.

O CEP é um grupo de profissionais de várias áreas do conhecimento e da comunidade, autônomo, de relevância pública, que tem o propósito de defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo. Ao assinar abaixo, você confirma que leu as afirmações contidas neste termo de consentimento, que foram explicados os procedimentos do estudo, que teve a oportunidade de fazer perguntas, que está satisfeito com as explicações fornecidas e que decidiu participar voluntariamente deste estudo. Uma via será entregue a você e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.

Caso tenha qualquer dúvida sobre a pesquisa, incluindo os danos possíveis, entre em contato com o pesquisador responsável Flavia Timm, no telefone (61) xxxx-xxxx ou pelo e-mail XXXXXXXX, e com os pesquisadores assistentes Patricia Fontinele Pereira (61) 99815-3171 ou pelo e-mail ou patricia.fontinele@sempreceub.com.

Eu _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa, concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Brasília, ____ de _____ de ____.

PARTICIPANTE

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: PROF. DRA. FLÁVIA TIMM

PESQUISADORA ASSISTENTE: PATRICIA FONTINELE FERREIRA

Endereço das responsáveis pela pesquisa

Instituição: UNICEUB

Endereço: SEPN 707/907 - Asa Norte - Brasília-DF

Telefones p/contato: